

Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

Centro de Estudos da Metrópole (CEM)
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 (USP)
Salas 116B (1º andar) e 2 (2º andar)
05508-900 – São Paulo – SP
R. Morgado de Mateus, 615 (Cebrap)
04015-902 – São Paulo – SP
Fone (Cebrap): (0xx11) 5574-0399
Fone (USP): (0xx11) 3091-2097
contato@centrodametropole.org.br
www.centrodametropole.org.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M553

A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades / Organização Eduardo Marques. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ISBN 978-85-393-0574-2

1. São Paulo – História. 2. Economia – Aspectos sociais. 3. Ciências sociais. I. Marques, Eduardo.

15-21066

CDD: 981.61
CDU: 94(815.61)

O Centro de Estudos da Metrópole (CEM) é um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) da Fapesp e um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia do CNPq, com sede na Universidade de São Paulo e no Cebrap. Fundado em 2001, reúne pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais voltados ao estudo das desigualdades sociais e espaciais em contextos urbanos e metropolitanos.

Editora afiliada:



Sumário

Introdução – São Paulo: transformações,
heterogeneidades, desigualdades 1
Eduardo Marques

PARTE I – DINÂMICAS ECONÔMICAS, ESTRUTURA SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO

- 1 Transformações socioeconômicas e grupos
sociais 21
Eduardo Marques, Rogério Jerônimo Barbosa e Ian Prates
- 2 Mercado de trabalho e estrutura das desigualdades:
1981-2011 45
Rogério Jerônimo Barbosa e Ian Prates
- 3 Mercado de trabalho, estrutura ocupacional e
pobreza: 1991-2010 79
Ian Prates e Rogério Jerônimo Barbosa

PARTE II – DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E
SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

- 4 Dinâmica demográfica e migratória 1991-2010:
realidades e mitos 107
José Marcos Pinto da Cunha
- 5 Trajetórias demográficas diversas e
heterogeneidade 147
Eduardo Marques e Carolina Requena
- 6 Os espaços sociais da metrópole nos 2000 173
Eduardo Marques
- 7 Condições urbanas: desigualdades e
heterogeneidade 199
Carolina Requena, Samuel Ralize de Godoy e Betina Sarue
- 8 Desigualdades e segregação residencial por raça e
classe 223
Danilo França

PARTE III – A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DA
METRÓPOLE

- 9 Interação e segregação: centro, periferia e
residenciais fechados 255
Carolina Requena, Telma Hoyler e Camila Saraiva
- 10 Revisitando a dinâmica social das favelas 309
Camila Saraiva
- 11 A produção pública de habitação 337
Eduardo Marques e Leandro Rodrigues
- 12 Produção habitacional via mercado: quem produz,
como e onde? 367
Telma Hoyler
- 13 A mobilidade paulistana: viária e desigual 395
Carolina Requena
- Referências bibliográficas 423
Sobre os autores 455

Introdução
São Paulo: transformações,
heterogeneidades, desigualdades

Eduardo Marques

A cidade de São Paulo é hoje a maior e mais importante metrópole brasileira e uma das maiores cidades do mundo, e apresenta tanto desafios quanto potencialidades. Em 2010, os 39 municípios da região metropolitana reuniam cerca de 19% do Produto Interno Bruto nacional e 10% da população do país. Por outro lado, cerca de 15% dessa população vivia abaixo da linha da pobreza, assim como quase 2,8 milhões de seus moradores habitavam áreas com precariedade urbana ou habitacional. Suas desigualdades se tornaram emblemáticas e, enquanto a renda mediana dos 10% mais ricos de seus moradores alcançava pouco mais R\$ 9.000 mensais em 2010, seus 40% mais pobres recebiam mensalmente apenas cerca de R\$ 300. Grande e dinâmica, rica e pobre, sobretudo complexa e desigual, São Paulo tem desafiado os analistas das mais variadas correntes e disciplinas ao longo de décadas. Analisar de forma detalhada os processos de transformação recente da metrópole, construindo um retrato de São Paulo no início dos anos 2010, é o objetivo deste livro.

Dada a sua importância, a cidade foi intensamente investigada desde os anos 1970, no próprio momento de fundação dos estudos urbanos brasileiros. Embora resgatar a literatura não seja o objetivo desta introdução

Residência em 2010	Residência em 2005			Residência em 2005			Total
	Suzano	Taboão da Serra	Vargem Grande Paulista	RM de SP	Resto do Estado de São Paulo	Outros Estados	
Arujá	253	–	–	5.918	586	1.102	7.606
Barueri	10	143	–	12.709	2.145	7.471	22.325
Biritiba-Mirim	20	–	–	1.828	260	111	2.198
Caieiras	24	–	–	8.055	602	1.875	10.532
Cajamar	–	–	–	3.936	978	2.961	7.875
Carapicuíba	20	93	54	14.707	1.616	9.057	25.380
Cotia	38	397	360	18.112	2.086	6.013	26.211
Diadema	23	105	–	15.540	1.843	12.504	29.887
Embu	13	1.574	14	11.924	942	6.155	19.021
Embu-Guaçu	–	11	–	4.340	564	897	5.801
Ferraz de Vasconcelos	224	–	–	11.585	833	3.431	15.850
Francisco Morato	10	10	–	9.879	769	3.517	14.165
Franco da Rocha	–	18	–	8.257	1.136	2.157	11.550
Guararema	124	–	–	1.155	418	607	2.180
Guarulhos	155	136	–	39.708	6.273	27.874	73.854
Itapeccerica da Serra	37	394	9	8.367	600	3.143	12.110
Itapeví	–	132	90	13.156	1.422	5.007	19.585
Itaquaquecetuba	1.366	–	–	24.667	1.176	6.641	32.484
Jandira	–	43	–	9.415	522	3.603	13.540
Juquitiba	–	182	–	1.956	218	479	2.653
Mairiporã	26	7	–	6.152	866	1.227	8.245
Mauá	82	18	–	12.100	1.764	8.959	22.824
Mogi das Cruzes	2.481	8	15	16.412	3.714	5.464	25.590
Osasco	18	136	–	21.348	3.452	14.866	39.666
Pirapora do Bom Jesus	5	25	–	1.516	180	304	2.001
Poá	831	–	–	7.092	319	1.627	9.038
Ribeirão Pires	175	97	–	6.153	501	1.664	8.319
Rio Grande da Serra	28	14	–	1.940	328	797	3.065
Salesópolis	31	–	–	533	272	48	854
Santa Isabel	99	30	–	2.886	753	1.061	4.700
Santana de Parnaíba	26	30	–	12.835	1.024	3.563	17.423
Santo André	162	23	17	29.266	5.281	13.418	47.965
São Bernardo do Campo	124	64	–	33.994	5.345	19.491	58.830
São Caetano do Sul	80	–	–	12.118	1.605	3.081	16.804
São Lourenço da Serra	–	42	–	1.260	141	215	1.617
São Paulo	1.358	1.541	22	41.876	65.212	279.742	386.831
Suzano	0	57	–	15.411	1.839	4.439	21.689
Taboão da Serra	57	0	–	18.043	1.586	6.579	26.208
Vargem Grande Paulista	97	–	0	4.445	657	758	5.860
RM de SP	7.998	5.331	581	470.595	119.828	471.910	1.062.334
Resto do Estado de São Paulo	3.281	2.136	649	356.383	19.173.173	488.611	20.018.166
Outros Estados	3.865	3.841	588	418.159	312.095	136.922.631	137.652.884
Total	15.144	11.308	1.818	1.245.137	19.605.095	137.883.152	175.940.159

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 (tabulações especiais – Nepo/Unicamp).

Capítulo 5 Trajetórias demográficas diversas e heterogeneidade¹

Eduardo Marques e Carolina Requena

O presente capítulo discute o crescimento demográfico intraurbano na região metropolitana de São Paulo. Para isso, utiliza dados dos Censos demográficos de 2000 e 2010 do IBGE. O assunto é de grande interesse acadêmico, visto que uma parte significativa das mazelas urbanas características de nossas grandes cidades, experimentadas principalmente pela população de mais baixa renda, foram creditadas a um padrão de urbanização por expansão de periferias e favelas que tinha no elevado crescimento demográfico uma das suas principais características. O tema é também de grande interesse para as políticas públicas, pois a pressão das elevadas taxas de crescimento demográfico das décadas de 1960 e 1970 sobre políticas e serviços públicos contribuiu para a criação de grandes desigualdades de acesso, especialmente para os mais pobres. Merece destaque a trajetória brasileira de metrópoles com tecidos urbanos cada vez mais estendidos, com graves consequências em termos de acesso a

¹ Uma versão preliminar deste capítulo foi publicada em 2013 na *Revista Novos Estudos Cebrap*, n.95.

serviços, mobilidade urbana e sociabilidade cotidiana, sobretudo para os mais pobres.

A metrópole paulistana apresentou crescimento demográfico bastante modesto na década de 2000 – cerca de 1% a.a. seguindo tanto sua própria tendência desde os anos 1980 quanto a dinâmica geral das regiões metropolitanas brasileiras em período recente. Esses números médios escondiam, ao menos para São Paulo, uma desigualdade substancial nos ritmos de crescimento demográfico intraurbano. Estudos como os de Jannuzzi e Jannuzzi (2002) e Torres (2005) mostraram que desde os anos 1980 as baixas taxas de crescimento médio escondiam o esvaziamento demográfico das regiões mais centrais e a manutenção de taxas de crescimento muito expressivas em áreas periféricas. O crescimento vinha guardando um padrão claramente radial e concêntrico, com esvaziamento central e crescimento intenso nos cinturões mais externos da metrópole (Torres, 2005), reforçando a percepção de uma cidade organizada em anéis (Taschner; Bógus, 1998). O padrão ficava ainda mais claro quando as unidades de análise eram os distritos censitários e os municípios, unidades bastante agregadas, ou quando os dados eram reagrupados em grandes estratos.

Após a liberação das primeiras informações do Censo de 2010, disseminou-se a ideia de que a principal tendência da década seria a de que “o centro voltou a crescer” (PMSP, 2011). O objetivo deste capítulo é discutir tal tendência, demonstrando que a dinâmica recente é muito mais complexa do que mero retorno do crescimento à região central. Como veremos, quando a informação é desagregada e os processos são analisados de forma mais detalhada, demonstra-se que essa afirmação é ao mesmo tempo verdadeira – pois áreas do centro expandido voltaram a crescer – e bastante incompleta, pois não apenas uma parte da área central continuou a perder população na década de 2000, como também áreas das periferias passaram a se esvaziar, enquanto outras continuam crescendo intensamente, embora em patamar mais baixo. Acreditamos que esses resultados acrescentam elementos ao quadro de complexidade já destacado anteriormente para a metrópole paulistana em trabalhos como o de Marques e Torres (2005), que destacaram a presença de intensa heterogeneidade por trás dos padrões mais gerais. Tal exercício é possível por

trabalharmos na escala das áreas de ponderação do Censo, que permite visualização em maior detalhe do que distritos e municípios, sem prejuízo da legibilidade dos padrões gerais.

Na próxima seção, discutimos as tendências gerais a partir da literatura existente. Na seguinte, apresentamos os padrões intraurbanos da dinâmica demográfica na década de 2000, utilizando dados dos Censos de 2000 e 2010. A última seção explora as principais trajetórias de crescimento presentes nos padrões observados, usando informações do Censo sobre rendimentos, estrutura etária, migração e precariedade habitacional, além de dados sobre lançamentos imobiliários residenciais do mercado formal originários de outra fonte.

As dinâmicas demográficas em São Paulo

A região metropolitana de São Paulo apresentou taxas de crescimento cada vez maiores na primeira metade do século XX, com pico na década de 1950, quando a taxa chegou a 5,9% a.a. Naquela década, a metrópole absorveu 2.102.344 novos moradores, número que seria ultrapassado sucessivamente nas décadas subsequentes. A Tabela 1 apresenta as populações e taxas de crescimento gerais da região, apenas para recuperar a tendência demográfica mais geral, já conhecida a partir de trabalhos como Baeninguer (2012). Em termos populacionais absolutos, o pico do crescimento disse respeito à década de 1970, quando a metrópole absorveu 4.371.615 novos habitantes em dez anos. No entanto, a partir da década de 1960 já se observava tendência de queda paulatina e monotônica nas taxas de crescimento. Essa tendência se acelerou na década de 1980, quando ocorreu a maior queda relativa das taxas. Naquela década, embora os saldos para o município de São Paulo tenham se invertido (Perillo; Perdigão, 1998), a tendência de periferização da década anterior continuou (Taschner; Bógus, 2001), similar à experimentada em outras metrópoles brasileiras (Cunha, 2003). Na década de 2000, a tendência de arrefecimento das taxas se manteve.

Tabela 1. População e crescimento demográfico – 1960/2010

Ano	População	Taxa de crescimento (% a.a.)
1920(*)	579.033	5,11
1940	1.568.045	5,44
1950	2.688.901	5,93
1960	4.791.245	5,56
1970	8.178.241	4,38
1980	12.549.856	1,86
1991	15.369.305	1,68
2000	17.852.637	0,98
2010	19.683.975	-

Fonte: Censo IBGE 2010, Baeninguer (2012) e <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/notasaopaulo.shtm>.

(*) Apenas população do município de São Paulo.

Entretanto, quando o crescimento é desagregado para o interior da metrópole, o quadro se modifica, o que já é verificado na década de 1980. Trabalhos como os de Jannuzzi e Jannuzzi (2002) e Torres (2005) mostram que o arrefecimento das taxas conviveu naquela década com a continuidade de processos intensos de crescimento em áreas periféricas, assim como com decréscimo populacional absoluto nas regiões mais internas da metrópole. Jannuzzi e Jannuzzi (2002) mostraram como, ao se desagregar o crescimento para o nível dos distritos censitários, observou-se na década de 1980 queda populacional absoluta em várias regiões do Centro expandido. Os dados por distrito mostraram a continuidade da mesma dinâmica nos anos 1990, e seu espalhamento nas regiões do primeiro cinturão em torno do Centro expandido – ao Norte do Rio Tietê – para centros regionais como Santana, Limão, Freguesia, Vila Maria; e a Oeste para áreas como Butantã, Morumbi e Vila Sônia. Ao mesmo tempo, áreas periféricas apresentavam taxas de crescimento positivas e de grande porte. Portanto, desde a década de 1980 verificou-se na metrópole paulistana um padrão de decréscimo absoluto das áreas centrais, que tendeu a se espalhar por uma região mais ampla na década seguinte, mas acompanhado da manutenção de taxas elevadas nas periferias.

Essa análise foi complementada por Torres (2005), que explorou a dinâmica intrametropolitana com maior nível de detalhe. O autor trabalhou com os dados de 1991 e 2000, desagregados nas áreas de ponderação

do Censo. De maneira geral, os resultados reforçaram os dados de Jannuzzi e Jannuzzi (2002) para as áreas centrais, mas o trabalho se debruçou principalmente sobre as áreas periféricas. As taxas de crescimento observadas nas regiões mais externas da metrópole se mostraram bem superiores ao que era previsto pelos debates sobre o tema, demonstrando que as franjas exteriores continuavam crescendo a taxas típicas dos anos 1970. O autor mostrou de forma bastante eloquente a correlação entre crescimento demográfico e renda domiciliar média, embora matizada pelo cruzamento com a localização das áreas. Enquanto a “cidade consolidada”, para usar a expressão de Torres, tinha renda de média a elevada e decrescia em termos populacionais, a chamada fronteira urbana apresentava crescimento muito elevado e baixos rendimentos. Além disso, a produção de indicadores sociais para tais áreas sugeriu que esse crescimento se encontrava associado à forte presença de migrantes recentes de baixa renda, com menor acesso à infraestrutura urbana, em clara continuidade do padrão de periferização dos anos 1970.

A publicação do Censo de 2010 permite que retornemos ao tema e analisemos as dinâmicas socioeconômicas da década de 2000 de forma desagregada espacialmente. Como os dados são bastante recentes, o tema ainda não foi intensamente analisado na literatura. No final de 2011, a Prefeitura de São Paulo (PMSP, 2011) explorou o crescimento no município de São Paulo na década passada, provocando impacto ao reportar o retorno do crescimento à região central da cidade. A nota trabalhou os recentes dados do IBGE no nível dos 96 distritos censitários do município e demonstrou a presença de crescimento demográfico na região do centro expandido, assim como a manutenção do decréscimo em áreas na Zona Norte e em parte do primeiro anel em torno do centro, além de crescimento moderado nas áreas periféricas. Esses dados foram novamente analisados em PMSP (2012a), com diagnóstico similar.

Entretanto, a observação dos detalhes espaciais do crescimento sugere um quadro mais complexo do que o que se obtém analisando os distritos censitários. A próxima seção analisa esses mesmos dados, mas na escala das áreas de ponderação do Censo, apontando para crescimento moderado, decréscimo e crescimento acelerado em várias regiões. Além disso, o cenário que emerge do estudo de informações mais desagregadas

não pode ser correlacionado de forma tão simples à renda ou à migração recente como foi possível para a década anterior, o que sugere mais heterogeneidade e diferenciação do tecido metropolitano paulistano do que tem sido considerado.

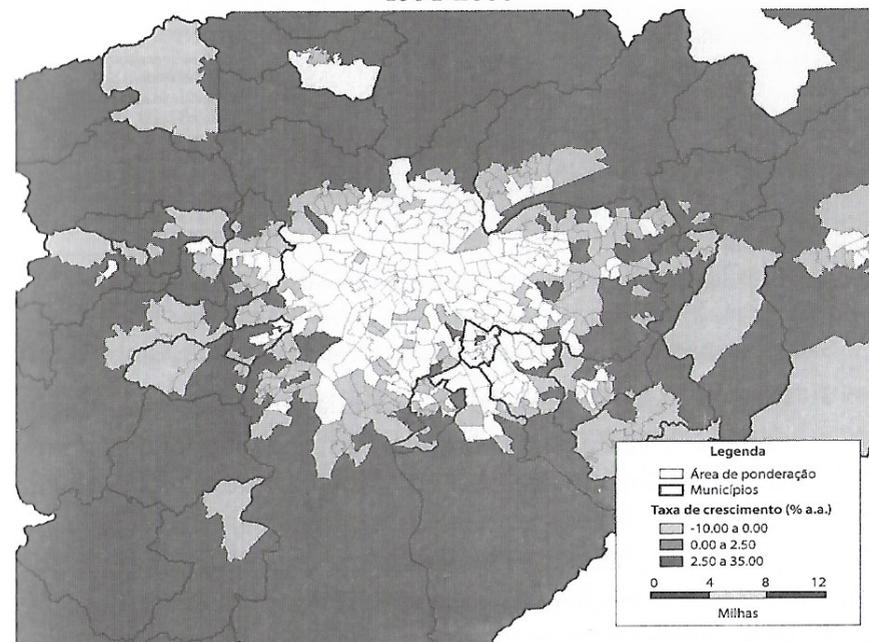
A distribuição espacial do crescimento

Para distribuímos o crescimento no espaço é necessário contar com uma base cartográfica comparável que permita analisar simultaneamente as informações dos Censos de 2000 e 2010. Os setores censitários são a desagregação espacial mais detalhada em que o IBGE disponibiliza informações do universo do Censo, enquanto as áreas de ponderação são as unidades de maior detalhe da amostra do Censo, sendo compostas pelo IBGE por agregações de setores. Foram verificadas intensas mudanças dos limites dos setores censitários entre os Censos, dificultando a análise do crescimento demográfico no nível dos setores censitários. Decidiu-se então trabalhar a compatibilização das informações no nível das áreas de ponderação. Essa decisão resulta em perda de detalhes, visto que a região tinha 21.744 setores censitários em 2000 e 30.815 em 2010, contra 812 e 633 áreas de ponderação em cada um dos censos, respectivamente. Entretanto, fica garantida a comparabilidade e a legibilidade dos padrões, objetivo dessa análise.

Foi então produzida uma cartografia compatível de áreas de ponderação, partindo das cartografias de cada Censo. A base cartográfica de áreas de ponderação do Censo de 2000 para a região metropolitana de São Paulo incluía 812 áreas, mas, para 2010, o IBGE reduziu o número de áreas para 633. Assim, a compatibilização das cartografias levou à agregação de diversas das áreas de 2000 em áreas de 2010, resultando em uma base compatível com 633 áreas. Em seguida, as variáveis das bases de setores censitários de 1991, 2000 e 2010 foram transportadas por *overlay* para a base de áreas compatibilizada. O resultado representa uma pequena perda populacional – 17.718.899 contra 17.878.703 medidos pelo IBGE em 2000, e 19.601.268 contra 19.683.975 mensurados em 2010, considerando-se que determinadas áreas não puderam ser compatibilizadas.

Os mapas 1 e 2 apresentam a distribuição do crescimento para cada um dos dois períodos. Como se pode ver no Mapa 1, o crescimento na década de 1990 tendeu a uma distribuição concêntrica e fortemente associada à renda, como Torres (2005) explorou de forma eloquente.² As regiões de maior crescimento foram as de mais baixa renda e localizadas nas regiões mais periféricas da metrópole, onde podiam ser encontradas taxas de crescimento características até dos anos 1970, fenômeno que o autor denominou “fronteira urbana”. Ao mesmo tempo, uma parcela significativa do centro expandido apresentava crescimento negativo, como também analisou Torres (2005), dando continuidade a um processo iniciado na década de 1980 e analisado por Jannuzzi e Jannuzzi (2002).

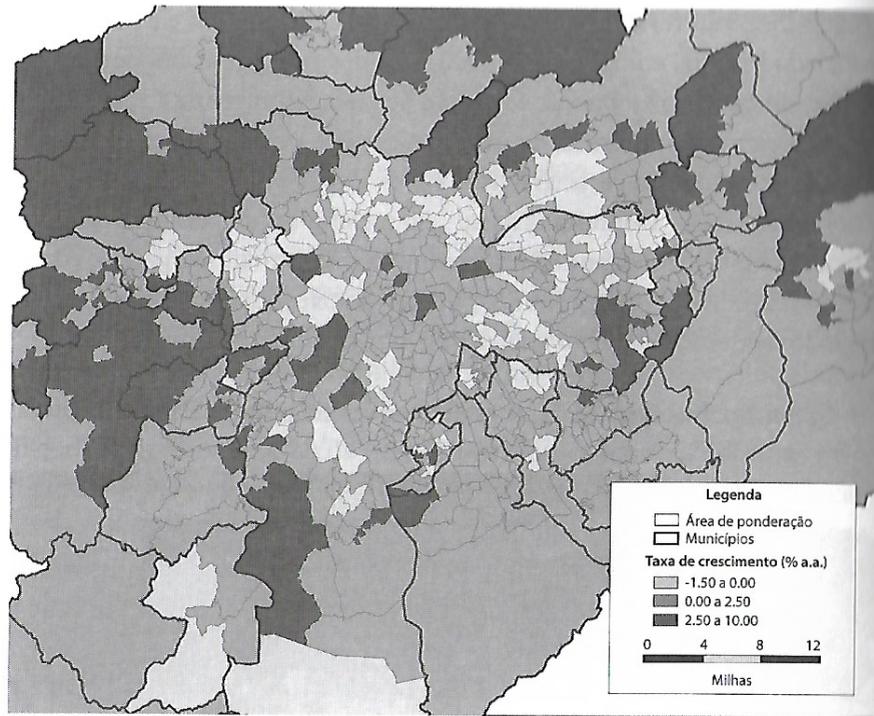
Mapa 1. Crescimento demográfico, áreas de ponderação, RMSP, 1991-2000



Fonte: Censos demográficos IBGE e bases cartográficas do Centro de Estudos da Metrópole. A distribuição espacial do crescimento muda substancialmente na década seguinte, como podemos ver no Mapa 2.

2 O mapa não é idêntico ao apresentado por Torres (2005), por causa da escolha da faixa de 2,5% de crescimento ao ano, ao invés de 3% ao ano, como fez o autor.

Mapa 2. Crescimento demográfico por área de ponderação, RMSP, 2000-2010



Fonte: Censos demográficos IBGE e bases cartográficas do Centro de Estudos da Metrópole.

São várias as tendências, mas podemos resumi-las da seguinte forma:

- Além de parte substancial da periferia ter apresentado crescimento arrefecido para taxas menores, algumas áreas apresentaram crescimento negativo, como é o caso de Marsilac e áreas de Embu-Guaçu, ao Sul. Entre essas regiões, está o núcleo do município de Mogi das Cruzes a Leste, que já havia apresentado crescimento negativo e voltou a ter sua população reduzida. De forma similar, a Oeste, áreas dos municípios de Osasco, Carapicuíba e Barueri também mostraram redução populacional. Parte de Osasco já havia apresentado esse comportamento na década anterior, mas agora a mancha do decréscimo foi maior e alcançou parte significativa de Barueri, que havia crescido a taxas muito elevadas na década anterior.

- Entretanto, outras áreas das periferias da metrópole continuaram apresentando taxas de crescimento elevadas, embora muito inferiores às verificadas na década anterior. Entre elas, incluem-se áreas que já haviam crescido intensamente na década anterior, como Grajaú, Parelheiros, partes do Jardim Ângela, Jaraguá e José Bonifácio. Esses são casos exemplares da tendência geral de arrefecimento das taxas de crescimento para a metrópole na década de 2000, em que apenas áreas de ponderação (dentre as 633) apontaram taxas superiores a 5% a.a. entre 2000 e 2010, enquanto 142 áreas superaram taxas iguais ou superiores a essa na década de 1990. Adicionalmente, as taxas de áreas de ponderação mais elevadas na década de 1990 haviam sido de 32 e 20% a.a., enquanto na década de 2000 foram de 10 e 8% a.a. Assim, a região que havia apresentado o comportamento de fronteira urbana (Torres, 2005) cresceu muito menos na última década, mesmo nas áreas onde continuou a crescer.
- A mancha central de decréscimo populacional não se verificou mais, como destacado pela PMSP (2011 e 2012a). A maior parte do centro expandido cresceu a taxas relativamente modestas, invertendo, em termos gerais, a tendência de esvaziamento. Entretanto, também não é precisa a descrição genérica de que o Centro de São Paulo voltou a crescer, pois as áreas centrais guardam tanto locais de grande crescimento como de continuado decréscimo.
- Para algumas áreas do centro expandido se verificou uma verdadeira inversão da tendência, com o estabelecimento de crescimento muito elevado na década de 2000. São áreas de intensa atividade imobiliária recente – Vila Leopoldina, Tatuapé, Morumbi e Vila Andrade, assim como áreas consolidadas próximas ao centro histórico, como Santa Cecília, Bela Vista, República e Cambuci.
- No entanto, em outras áreas do centro expandido, a tendência de esvaziamento demográfico das últimas décadas não parou, como se pode ver no Mapa 2. A lista dos espaços ainda em esvaziamento inclui uma parte expressiva da Zona Oeste – Perdizes, Pinheiros, Alto de Pinheiros e Butantã –, assim como uma mancha a sul – Saúde, Campo Belo e Jabaquara. O patamar das taxas

de crescimento negativo, contudo, se reduziu, e grande parte dessas áreas se encontra próxima da estabilidade. Vale dizer que, enquanto entre 1991 e 2000 as taxas negativas superaram 2,5% a.a. em 22 áreas de ponderação, entre 2000 e 2010 nenhuma área alcançou tal taxa e apenas seis superam 1% negativo.

- A essas áreas centrais em decréscimo devemos somar quase a totalidade da Zona Norte e outras regiões no primeiro anel em torno do centro expandido, que já haviam vivenciado o processo de esvaziamento na década anterior e continuaram a perder população. Na década de 2000, entretanto, o esvaziamento chegou a uma parte expressiva da porção mais extrema da Zona Leste do município. Estão incluídos aí diversos locais que apresentaram intenso crescimento até a década anterior – Itaim Paulista, Jardim Helena, São Miguel Paulista, Cidade Tiradentes. Nesse caso, o processo de esvaziamento que, na década anterior, ia até a porção central da Zona Leste – Vila Matilde, Artur Alvim e Penha – expandiu-se em direção às periferias.

Deve-se destacar que apenas análises de maior detalhe, como as áreas de ponderação, permitem observar essas nuances. O uso dos distritos mascara o esvaziamento e o crescimento de áreas contíguas, caso de Cidade Tiradentes e José Bonifácio, a sudeste do mapa. Em estudos baseados em distritos, essas regiões se mostram genericamente como de crescimento baixo, mas apresentaram comportamentos de periferação e esvaziamento nas décadas de 1990 e 2000, respectivamente.

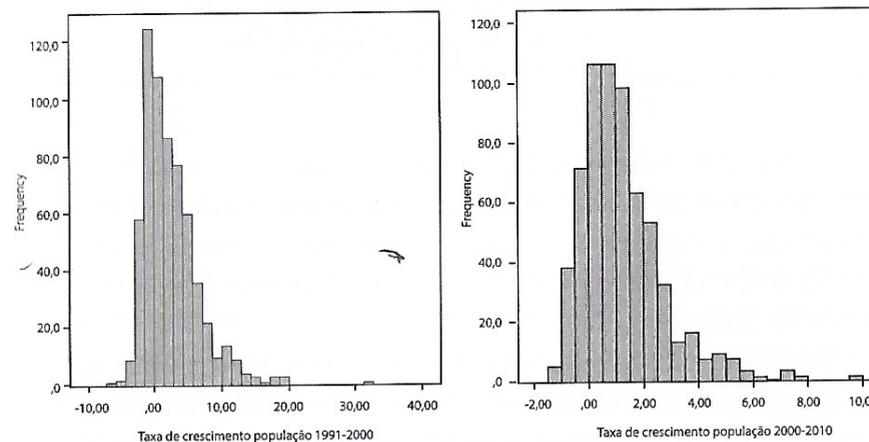
Quais processos podem estar associados a essas tendências? Teria havido substituição populacional nos locais centrais que retomaram o crescimento? As regiões que continuam crescendo repetem o padrão de crescimento periférico associado à migração e à pobreza presentes classicamente na metrópole? A próxima seção explora outras informações do Censo, perseguindo algumas respostas preliminares a essas perguntas.

Explorando processos e causas dos padrões de crescimento

Uma primeira dimensão geral a assinalar diz respeito aos patamares mais baixos de crescimento na última década, quando comparada à anterior, tanto para as taxas positivas quanto para as negativas. Os histogramas a seguir apresentam o crescimento por áreas de ponderação nas duas décadas.

As duas distribuições têm formas similares, mas entre 2000 e 2010 os patamares de crescimento são substancialmente menores, tanto nos valores positivos quanto nos negativos. O Gráfico 3 apresenta a dispersão das taxas em cada período, para cada área de ponderação. Embora haja certa associação entre as taxas de crescimento para cada área, a dispersão é significativa,³ indicando ao mesmo tempo manutenção do padrão anterior e mudança em um conjunto não desprezível de espaços.

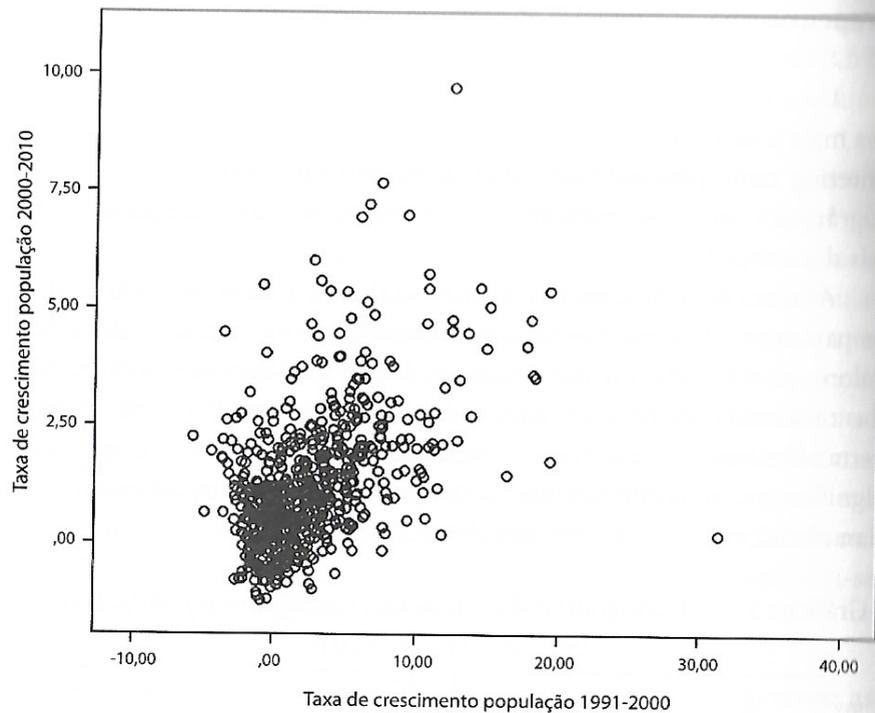
Gráficos 1 e 2. Histogramas das taxas de crescimento por APs, RMSP, 1991-2000 e 2000-2010



Fonte: Censos demográficos IBGE e bases cartográficas do Centro de Estudos da Metrópole.

³ O coeficiente de correlação entre as duas taxas é de 0,492, significativo a 99% de confiabilidade.

Gráfico 3. Taxas de crescimento 1991-2000 e 2000-2010, RMSP



Fonte: Censos demográficos IBGE e bases cartográficas do Centro de Estudos da Metrópole.

Torres (2005) mostrou que as taxas de crescimento na década de 1990 se associavam à renda média das áreas de ponderação,⁴ assim como à localização geográfica que, como vimos no Mapa 1, tendia a ser radial e concêntrica. O Gráfico 4 testa se é possível afirmar o mesmo para a década de 2000.

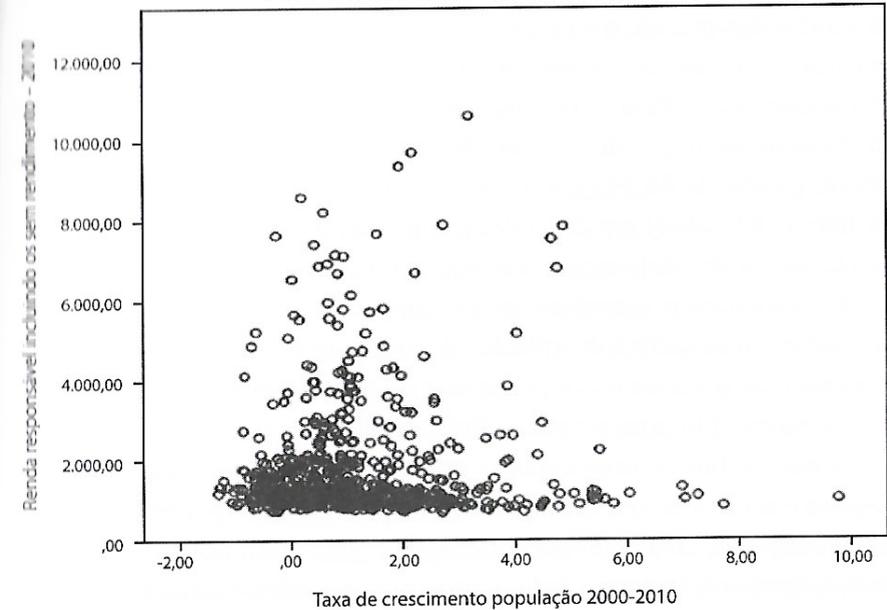
Tanto o gráfico quanto a análise estatística⁵ indicam que não há associação entre as taxas de crescimento na década e as rendas médias do responsável nas áreas de ponderação em 2010. Embora a maior parte das áreas apresente renda baixa e crescimento baixo, várias faixas de

4 De fato, há correlação estatística entre crescimento 1991-2000 e renda média do chefe em 2000 – 0,426, significativa a 99% de confiabilidade.

5 O coeficiente de correlação entre as duas variáveis é baixo e não significativo estatisticamente.

renda baixas estão presentes em regiões com taxas de crescimento baixas e altas, exceto por algumas áreas discrepantes de baixa renda com taxas muito elevadas. O mesmo se verifica em áreas que contêm indivíduos de faixas de renda elevadas.

Gráfico 4. Taxas de crescimento 2000-2010 e renda média em 2010, RMSP



Fonte: Censos demográficos IBGE e bases cartográficas do Centro de Estudos da Metrópole.

Na verdade, essa é outra forma de visitar a informação já discutida anteriormente. Enquanto, na década de 1990, áreas de maior renda decresciam e áreas de baixa renda cresciam a taxas muito elevadas, o padrão dos anos 2000 se tornou muito mais complexo. Embora em termos gerais as taxas de crescimento tenham arrefecido, tanto áreas habitadas por grupos sociais ricos quanto áreas habitadas por pobres apresentaram na última década crescimentos altos e baixos. Quais seriam as razões para isso? Seria o aprofundamento da mudança dos padrões de crescimento demográfico associado à queda da fecundidade e à redução da densidade domiciliar média, ou a transformação social dos locais impulsionada por processos urbanos como promoção imobiliária ou

gentrificação? Uma região que crescia pouco (ou decrescia) pode ter passado a alojar populações de mais baixa renda ao longo da década, que haviam apresentado taxas de crescimento mais elevadas na década de 1990. Ou, inversamente, áreas antes habitadas por pobres (e com altas taxas de crescimento) podem ter passado a ser ocupadas por grupos de mais alta renda (que cresciam a taxas mais baixas).

Uma primeira aproximação a essa análise ocorre ao compararmos as rendas dos moradores de cada área de ponderação em cada censo, e verificar se locais com intensa mudança sofreram expressiva substituição populacional. Para o conjunto da região, a média da renda média de todas as áreas de ponderação era R\$ 1.049 em termos nominais (com desvio padrão de R\$ 943), em 2000, e tornou-se R\$ 1.678 (com desvio padrão de R\$ 1.460) em 2010. Mas, como sabemos, as informações dos rendimentos dos dois censos não são completamente comparáveis, por conta de mudanças introduzidas nos questionários do Censo e também por sofrerem os efeitos da inflação, do aumento do salário mínimo e do aumento das coberturas dos programas de transferência condicionada de renda, todos influentes sobre as cifras absolutas.

Como estamos interessados apenas nas variações relativas dos lugares – terão eles se elitizado ou se empobrecido? – podemos dividir a renda de cada área pela renda média da região metropolitana em cada ano. A comparação desses índices mostra as posições relativas das áreas em cada censo, sendo neutros os efeitos da dinâmica da década. Esses dados sugerem uma manutenção substancial do conteúdo das áreas de ponderação para o conjunto da metrópole medida pela renda.⁶ Em 2010, a esmagadora maioria das áreas de ponderação alojava habitantes relativamente similares, ao menos no quesito renda, aos que alojava dez anos antes. Tal estabilidade sugere também a permanência dos elevados padrões de segregação presentes na cidade, mas a análise dessa dinâmica exige uma investigação específica. Portanto, para o conjunto da metrópole, a grande maioria dos lugares permaneceu com conteúdos sociais relativos similares.

⁶ O coeficiente de correlação entre as rendas normalizadas pelas médias indica quase completa associação: 0,987 – 99% de confiabilidade.

Mesmo que não tenha havido mudanças expressivas nas rendas relativas ou não seja possível associar diretamente crescimento a faixas de transformações ocorridas na década? Quais seriam as trajetórias de crescimento típicas circunscritas pelas mudanças demográficas da década de 2000? A análise dos dados sugere que são três as trajetórias mais importantes: a) áreas que decresceram até 2000 e cresceram significativamente na última década; b) áreas que decresceram nas duas décadas; e c) áreas que cresceram intensamente nas duas décadas.

A seguir exploramos essas trajetórias, comparando os conteúdos sociais médios dos moradores de cada uma delas em 2010 com os das demais áreas da metrópole. Para fazê-lo, utilizamos variáveis do Censo de maneira a caracterizar a população segundo renda, estrutura etária, cor da pele, tipo de domicílio (casa, apartamento e vila/condomínio) e acesso a infraestrutura, além de indicadores de migração recente, produção imobiliária, presença de indivíduos nascidos entre os Censos e favelização. Antes de observar os resultados, entretanto, são necessárias algumas explicações sobre os indicadores utilizados para medir esses últimos quatro processos.

No caso da migração, em primeiro lugar, utilizamos as informações da amostra do Censo de 2010 relativa a migrantes chegados ao município nos últimos nove anos antes do recenseamento. O dado serve como indicador, mas não mede precisamente o fenômeno que precisaríamos controlar, visto que não discrimina a migração intraurbana. É, entretanto, a melhor informação de que se dispõe a respeito do processo. Assim, a proporção da população em cada área que migrou para o município nos últimos nove anos é a variável utilizada para testar a importância da migração recente na tendência demográfica. A migração recente continua sendo uma dimensão central na explicação do crescimento demográfico – a correlação entre as taxas de crescimento entre 2000 e 2010 e as proporções dos habitantes das áreas que são migrantes recentes é elevada.⁷ Como veremos, porém, em áreas com trajetórias distintas a migração pode cumprir papéis inteiramente diferentes.

⁷ Coeficiente de correlação de 0,449, significativo a 99%.

Em segundo lugar, considerou-se a produção imobiliária via mercado. Utilizamos o número de unidades residenciais em lançamentos do mercado formal captados na base da Embraesp – Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio, que mantém um banco de dados sobre o tema.⁸ As informações desse banco foram trabalhadas pelo Centro de Estudos da Metrópole, localizando-se os lançamentos a partir de seus endereços, primeiro pontualmente, e posteriormente nas áreas de ponderação. A limitação dessa variável é não capturar os movimentos da autoprodução de moradia, da pequena produção por encomenda ou do mercado informal. Entretanto, o dado sistematiza a produção residencial lançada pelo mercado formal de habitações. Utilizamos o número total de unidades habitacionais lançadas em cada área de ponderação entre 2000 e 2009.

Um terceiro indicador é a proporção da população da área de ponderação que nasceu entre os Censos de 2000 e 2010. Esse indicador testa o efeito demográfico dos nascimentos sobre o crescimento das áreas. Mas o faz apenas de forma indicativa, por duas razões: primeiro, a variável correta seria a fecundidade das áreas, informação da qual não dispomos; segundo, não sabemos se os pais das pessoas com 10 anos ou menos residentes em uma dada área em 2010 já moravam naquela área em 2000, ou se são eles próprios migrantes. Contudo, mesmo frente a tais limitações, a variável nos informa sobre a associação do processo de crescimento à presença de indivíduos jovens, nascidos após 2000.

Por fim, as favelas. Nesse caso, utilizamos a informação da proporção da população habitante em setores subnormais nos Censos de 2000 e 2010 em cada área de ponderação. Essa informação apresenta limitações conhecidas (Saraiva; Marques, 2005; Marques, 2008), mas é a única disponível de forma comparável para toda a região. Como a classificação dos setores subnormais é produto de estratégia específica do IBGE, e como este efetuou uma importante atualização da base entre os Censos, decidimos seguir um procedimento similar ao adotado para os rendimentos e dividir as proporções de habitantes em subnormais de cada área de ponderação pela média da região metropolitana, em cada Censo. Além disso, os indicadores de migração e de produção habitacional descritos acima

⁸ Para maiores detalhes, consultar www.embraesp.com.br.

são relativos a fluxos, mas as proporções de subnormais são referentes a estoque, de modo que, para medirmos a importância de variações na presença de favelas em cada área de ponderação, calculamos as diferenças entre as proporções relativas em cada ano.

Esvaziamento nos 1990 e crescimento nos 2000

Essa trajetória inclui as áreas que decresceram entre 1991 e 2000 (qualquer crescimento negativo) e voltaram a crescer substancialmente (a mais de 2,5%) entre 2000 e 2010. Esse processo evidentemente teve como resultado o aumento das densidades demográficas médias na última década.

Em 2000, essas áreas já tinham renda média bastante alta (R\$ 2.300 contra R\$ 1.000 das demais áreas). Em 2010, esses indicadores tenderam a se repetir, com renda mais alta (R\$ 4.100 contra R\$ 1.100 de todas as demais), maior presença relativa de moradias em apartamentos (60% contra 18% das demais), maiores proporções de pessoas com mais de 65 anos de idade (10% contra 7%) e menor de adolescentes (15% contra 21%), além de menor presença relativa de pretos e pardos (24% contra 38%). Há também presença muito mais alta de empregadas domésticas entre os residentes (0,9% contra 0,1% das demais áreas).⁹ Portanto, ao menos em média, trata-se de áreas com população de altos rendimentos e mais bem posicionada socialmente.

A comparação de indicadores nessas áreas em 2000 e 2010 é também elucidativa. A proporção de domicílios em apartamentos era de 54% em 2000 e cresceu seis pontos percentuais em 2010, o que sugere que ao menos uma parte do crescimento verificado esteve associado a lançamentos residenciais verticais recentes. Além disso, quando analisamos as mudanças na renda entre os dois censos (já descontada a mudança das médias), encontramos resultados significativos e substancialmente

⁹ Trata-se evidentemente de empregadas que dormem no local de emprego e que foram ali recenseadas, e não de moradores que são empregados domésticos. A cifra pode parecer pequena, mas não é. Quase um em cada cem moradores dessas áreas é, na verdade, um empregado doméstico que mora no local de trabalho.

positivos – a renda relativa em 2010 é 22% superior à renda relativa em 2000. Ou seja: nos locais que inverteram a tendência demográfica de esvaziamento e cresceram intensamente nos anos 2000, a renda média cresceu bem mais que a média das demais áreas de ponderação da metrópole. Já os dados sobre a proporção de indivíduos nascidos nessas áreas entre os dois Censos estão abaixo da média das demais áreas (11,8% contra 15,3).¹⁰

Esse dado parece confirmar a importância da produção imobiliária formal na inversão da dinâmica demográfica nesses locais. Ademais, a presença de tal produção nos anos 2000 se mostra fortemente concentrada em lugares com essa trajetória. Nessas áreas, foi lançada uma média de 2.100 unidades residenciais, contra 500 unidades, em média, nas demais áreas da metrópole. Inversamente, não houve ali variação significativa na presença de população favelada, ou da proporção de migrantes recentes.

Como grande parte dessas variáveis está correlacionada, realizamos um último teste estatístico, investigando o efeito conjunto sobre as trajetórias de mudança demográfica da produção imobiliária, da diferença da proporção de áreas subnormais, da migração recente e da presença de nascidos entre os dois Censos. No caso das áreas que decresceram até 2000 e passaram a crescer até 2010, apenas a produção imobiliária e a migração recente para o município se mostraram significativas e positivas em análise multivariada.¹¹ Isso quer dizer que as áreas com essa trajetória receberam mais migrantes e lançamentos imobiliários que o restante da metrópole.

Das dez áreas nessa condição, seis delas se localizam no Centro expandido (República, Bela Vista, Cambuci, Vila Leopoldina, Santa Cecília, Santo Amaro) e duas em áreas de expansão de alta renda (Morumbi e Tatuapé). Outras duas áreas envolvem o centro de Taboão da Serra e uma área de ponderação no Jardim Ângela, esta com renda muito inferior. Nessas duas últimas, verificou-se baixa presença de lançamentos residenciais do mercado formal – em média, apenas 150. A área do Jardim Ângela foi a única que apresentou presença relativamente elevada e crescente de moradores de favelas.

10 Diferenças significativas a 99%.

11 Foi realizada regressão logística com as quatro variáveis citadas, além de variável dependente da trajetória de interesse. As duas variáveis indicadas apresentaram significância de 99%.

Dentre essas áreas se incluem algumas de mais intensa produção imobiliária recente, como Vila Leopoldina, Bela Vista, Morumbi e Tatuapé. O padrão de produção nessas regiões, em grande parte como produto do zoneamento, tem criado uma substituição de uso comercial (Bela Vista) ou industrial (Vila Leopoldina e Tatuapé) para residencial, com adensamento. A inversão da tendência demográfica, portanto, é produto de certo padrão de produção imobiliária, considerando a regulação estatal.¹²

Portanto, embora o tipo de dado trabalhado não permita afirmar a presença de troca populacional, como nos processos de gentrificação descritos pela literatura internacional (Hamnett, 1991), as áreas com essa trajetória passaram a abrigar população ainda mais bem posicionada relativamente em termos de renda e que habita apartamentos de modo crescente. Essas áreas foram também objeto de maciço processo de produção imobiliária pelo mercado formal, o que sugere que o retorno ao crescimento esteve associado a intensa produção imobiliária para alta renda e ao aumento das densidades demográficas.

Esvaziamento contínuo nas duas décadas

A segunda trajetória inclui bairros que se esvaziaram nos anos 1990 e continuaram em processo de esvaziamento na última década (crescimento negativo em ambos os períodos). Nesse caso, a renda é levemente maior do que a das demais áreas, tanto em 2000 quanto em 2010 (R\$ 2.300 e R\$ 1.990 nos dois anos, contra R\$ 1.000 e R\$ 1.650 das demais áreas), mas substancialmente mais baixa que nas áreas que acabamos de analisar. Entretanto, as rendas relativas indicam que os locais com trajetória de esvaziamento perderam rendimentos em termos relativos. No caso dessa trajetória, portanto, observa-se em 2010 uma população com renda inferior, em termos relativos, à presente em 2000.

Os demais indicadores sugerem conteúdos sociais próximos da média metropolitana, mas levemente superiores. Já em 2000 havia menores

12 Essa interpretação nos foi sugerida por Raquel Rolnik, a quem agradecemos, durante um dos seminários preparatórios deste livro.

proporções de crianças e adolescentes (7% e 22% contra 9% e 26% das demais áreas), maior presença de idosos (9% contra 5% das demais áreas) e mais altas taxas de alfabetização (63%). Era também levemente mais elevada a presença de apartamentos (23% contra 20 das demais áreas) e melhor a infraestrutura (100% de abastecimento de área, 95% de banheiros ligados à rede de esgotos e 99% de coleta de esgotos). A diferença entre os indicadores dessas áreas e os das demais tende a se repetir em 2010.

Nesses locais, não houve concentração específica de produção imobiliária formal. Mas, se já havia relativamente menos habitantes em favelas em 2000 – 3% contra 8% das demais áreas –, essa proporção se reduziu ainda mais (também relativamente) em 2010. Na verdade, a proporção permaneceu estável, mas a proporção das demais áreas subiu para 10% em 2010. Como a classificação dos setores subnormais se tornou mais ampla e passou a incluir mais áreas em 2010, é razoável considerar que na década as áreas com essa trajetória tenderam – relativamente – a perder moradores de favelas. Além disso, essas áreas têm menos indivíduos nascidos entre os dois Censos do que a média das demais (12,2% contra 15,5%). Por fim, as áreas com essa trajetória receberam menos migrantes recentes do que as demais – 8% contra 13% do restante da metrópole.¹³

Novamente, dado que grande parte dessas variáveis está correlacionada, fizemos um teste estatístico multivariado similar ao realizado para a trajetória anterior. Nesse caso, as variáveis migração recente para o município, atividade imobiliária formal e população nascida entre os Censos se mostraram significativas e negativas.¹⁴ Isso indica que o esvaziamento dessas áreas relaciona-se a baixa migração, baixa presença de nascidos entre os Censos e baixa produção imobiliária.

Tal situação envolve 61 áreas de ponderação localizadas principalmente no primeiro anel em torno do Centro expandido em áreas da Zona Norte, em grande parte do município de Osasco e junto aos centros de municípios de ocupação mais antiga como Santo André, São Caetano e Mogi das Cruzes. Essa situação também se verifica em algumas áreas do

13 Todas as diferenças são significativas a 99%.

14 Foi realizada regressão logística com quatro variáveis (as três citadas mais a variável diferença da proporção de áreas subnormais), além de variável dependente da trajetória de interesse. As variáveis indicadas apresentaram significância de 99%.

Centro expandido com renda elevada, como Alto de Pinheiros, Perdizes, Pinheiros, Campo Belo, Saúde e Butantã.

Embora em algumas dessas áreas também esteja presente uma produção imobiliária recente pelo mercado formal, o padrão construtivo empregado não gera adensamento, diferentemente da situação interior, pois, nesse caso, substitui-se tecido urbano residencial horizontal ou com dois pavimentos por empreendimentos verticalizados, mas que priorizam áreas livres e de lazer, resultando em redução da densidade por quadra.¹⁵

Entretanto, é preciso voltar a ressaltar que, no conjunto das áreas que apresentam esvaziamento continuado, as taxas de crescimento verificadas na década de 2000 não foram muito elevadas e ficaram em sua maioria entre 0 e -1% a.a. De fato, a média das taxas das áreas com essa trajetória entre 1991 e 2000 foi de -1,1% a.a., enquanto entre 2000 e 2010 foi de -0,4% a.a. Embora o decréscimo tenha sido, portanto, contínuo, foi menos intenso na última década que na anterior.

Na verdade, mesmo entre 1991 e 2000, as taxas de crescimento negativo eram bastante reduzidas relativamente quando comparadas com as taxas de crescimento positivo. Mesmo naquela década, apenas 22 áreas apresentaram taxas negativas superiores a 2,5%, enquanto 268 apresentavam taxas superiores a 2,5% positivos. É curioso notar que, apesar disso, até o trabalho de Torres (2005) mostrar o crescimento intenso da chamada “fronteira urbana”, o debate local concentrou-se principalmente no polo menos intenso dos processos em curso – o esvaziamento das áreas centrais. Portanto, mesmo na década de 1990, a tendência de decréscimo era já mais suave que a de crescimento, faceta que continua se verificando na década de 2000, embora em patamar menos intenso.

Crescimento intenso e contínuo nas duas décadas

Para explorar essa terceira trajetória, analisamos as áreas que cresceram muito nos anos 1990 (mais de 3% a.a.) e continuaram crescendo nos anos 2000 (mais de 2,5% a.a.). Como vimos anteriormente nos gráficos

15 Novamente agradecemos a Raquel Rolnik pela sugestão do processo.

1 e 2, em termos gerais as taxas de crescimento positivo tenderam a se reduzir na metrópole e, se alcançaram em média impressionantes 8,4% a.a. nos anos 1990, desaceleraram para os ainda muito expressivos 4% a.a. entre 2000 e 2010.

Nesse caso, os indicadores sugerem uma situação social inversa em relação a anteriores. A renda em 2000 era baixa (R\$ 640 contra R\$ 1.100) e continuou substancialmente baixa (R\$ 1.150 contra 1.750 das demais áreas) em 2010. Em 2000, a presença de crianças e adolescentes era mais alta (12% contra 9% e 31% contra 25%, respectivamente), e a de idosos, mais baixa (3% contra 6% das demais áreas). A grande maioria dos domicílios era composta de casas (91%), e o acesso à infraestrutura era mais precário – apenas 88% dos domicílios eram ligados à rede de água, contra 96% das demais áreas, e apenas 54% tinham banheiro conectado à rede de esgoto, contra 81% nas demais áreas.

Em 2010, esses conteúdos sociais continuavam presentes em termos relativos. Os jovens entre 5 e 18 anos permaneciam sobrerrepresentados (6% e 26%, contra 5% e 21%, respectivamente), a proporção de nascidos entre os dois censos era mais alta que a média das outras áreas (18,5% contra 15,2%), e os idosos eram sub-representados (4% contra 8%), assim como pessoas autodeclaradas pretas e pardas (7% e 41%, respectivamente, contra 6% e 31% nas demais áreas). Embora tenha aumentado na década, a infraestrutura continuou menos presente – abastecimento de água em 90% contra 96%, e banheiros ligados à rede em 66% contra 85% para os domicílios das demais áreas.

Mais uma vez, considerando que grande parte destas variáveis está correlacionada, realizamos teste estatístico multivariado semelhante ao conduzido para as trajetórias anteriores. Nesse caso, apenas a migração recente para o município e a população nascida entre os censos se mostraram significativas e positivas.¹⁶ Isso quer dizer que as áreas com essa

16 Foi realizada uma regressão logística com as quatro variáveis citadas, além de variável dependente da trajetória de interesse. As duas variáveis indicadas apresentaram significância de 99%. É interessante observar que o modelo multivariado avalia a ocorrência de efeito conjunto sobre a trajetória. Como migração e presença de jovens se encontram associadas usualmente, seria de se esperar que uma delas deixasse de ser expressiva quando introduzida conjuntamente no teste. O fato de as duas terem permanecido indica um efeito muito forte e independente de cada uma delas.

trajetória receberam sistematicamente mais migrantes e população com idade até 10 anos que o restante da metrópole.

Em geral, os dados sugerem que se trata de áreas similares às denominadas por Torres (2005) como fronteira urbana, o que é confirmado pelo seu padrão de localização. Encontram-se nessa condição 72 áreas de ponderação. A grande maioria delas localiza-se na periferia metropolitana e apresenta renda baixa. Entretanto, essa situação também alcança três áreas de ponderação de renda muito elevada e em forte crescimento – uma na Vila Andrade (parte do Morumbi) e duas em Santana do Parnaíba (um dos municípios com condomínios como em Alphaville), quase certamente todas associadas à ocupação de alta renda em condomínios fechados de alto padrão. Para essas áreas, o ganho relativo na renda foi de 27% entre as médias dos dois censos, tendência inversa à das demais áreas com essa trajetória de crescimento.

A comparação das rendas relativas indica estabilidade ou pequena piora relativa da renda nas áreas de ponderação nessas condições quando comparadas às demais – a renda média dessas áreas, em 2010, era 1% inferior à renda média relativa desses mesmos locais em 2000. A migração recente aparece associada de forma bastante intensa a essa trajetória. A proporção de migrantes recentes é de 18% nessas áreas, contra 12% no restante da metrópole.

Nesse caso, a informação de casas e apartamentos se manteve relativamente estável. A produção imobiliária formal se mostrou negativa e significativamente associada às áreas dessa trajetória. Em termos médios, as áreas de crescimento elevado e contínuo receberam apenas 190 unidades, contra 570 nas demais, em média.¹⁷ Contudo, a menor presença de lançamentos do mercado formal não encontra um contraponto em crescimento de favelas. Na verdade, em nenhum dos dois censos essas áreas tinham maiores populações relativas em favelas do que as demais. Isso não quer dizer que essa trajetória, que se associa espacialmente a áreas que ainda podem ser consideradas como fronteira urbana – no sentido colocado por Torres (2005) –, não esteja associada à precariedade habitacional. Não dispomos de informações sobre loteamentos clandestinos

17 Diferença significativa a 95% de confiabilidade.

e irregulares, que afinal caracterizam as periferias paulistanas de forma mais intensa que as favelas.

Portanto, a grande maioria das áreas que cresceram continuamente nas últimas duas décadas é pobre, menos dotada de infraestrutura, continua recebendo migrantes recentes e se localiza em áreas periféricas, a exemplo do que descreve Torres (2005) sob a designação de fronteira urbana. Como vimos no Mapa 2, entretanto, áreas com essa trajetória representam apenas uma parte das áreas periféricas em 2010, e seus patamares de crescimento tendem a ser inferiores aos observados na década anterior. É possível afirmar que, embora a produção das periferias como processo continue ocorrendo de forma similar ao que é classicamente descrito pela literatura, não ocupa mais a totalidade, ou mesmo a maioria das periferias, marcadas ainda mais do que antes pela heterogeneidade.

Sumarizando padrões

A dimensão mais geral a ser destacada diz respeito ao arrefecimento das taxas de crescimento na região metropolitana de São Paulo – tanto as taxas positivas quanto as negativas. Assim como em décadas anteriores, os números médios ocultam taxas mais acentuadas localmente, mas seus patamares na década de 2000 foram substancialmente mais suaves do que nos anos 1990.

Em termos espaciais, observamos também uma grande heterogeneidade nos padrões de crescimento. Diferentemente do que tem sido destacado no debate local, a ideia de que o centro voltou a crescer oculta tendências de crescimento moderado, crescimento intenso e esvaziamento continuado, todas elas tendências presentes no Centro expandido. De forma similar, algumas áreas periféricas continuam a alojar os processos atribuídos classicamente àqueles espaços, mas, em outras regiões, é possível observar crescimento reduzido ou mesmo esvaziamento populacional. A estruturação dos processos de crescimento não apresenta um comportamento claramente concêntrico nos anos 2000.

Esses padrões permitem que delimitemos ao menos três grandes trajetórias de crescimento nas últimas duas décadas, explicadas por processos

distintos. Em uma parte das áreas centrais, o esvaziamento foi substituído por intenso crescimento, associado à produção imobiliária recente pelo mercado formal, ao aumento da renda relativa e à intensificação da ocupação do território. Nessas áreas, a metrópole se tornou mais compacta, e seus moradores, mais ricos em relação às médias da metrópole. Em outra trajetória, outras áreas centrais, assim como regiões próximas a elas, continuaram se esvaziando em termos populacionais. Trata-se de áreas com renda relativamente elevada, que não foram objeto de atividade imobiliária formal nem de favelização ou de migração recente. Algumas áreas de alta renda do centro expandido se encontram nessa condição, contrariando a ideia de que genericamente o Centro teria voltado a crescer. Uma terceira e última trajetória inclui áreas predominantemente periféricas com baixa renda e menor presença de serviços (embora crescentes), que nos anos 2000 continuaram a se expandir a taxas elevadas, embora em termos médios inferiores às anteriores. Essas áreas representam apenas uma parte das regiões periféricas, reforçando narrativas anteriores de crescente heterogeneidade daqueles espaços.

O que o censo de 2020
revelaria?

Capítulo 6

Os espaços sociais da metrópole nos 2000

Eduardo Marques

A região metropolitana de São Paulo é caracterizada por intensa segregação residencial. Esse padrão é visível tanto se observamos a população distribuída por faixas de renda ou de escolaridade quanto se consideramos classificações ocupacionais como as classes EGP. Esse padrão foi vastamente explorado pela literatura desde os anos 1970 de forma narrativa, qualitativa ou monográfica, por estudos clássicos como Camargo (1976), Kowarick (1979) e Bonduki e Rolnik (1982), e, mais recentemente, partindo dos dados do Censo de 2000 para construir índices de segregação aplicados a renda e escolaridade (Torres, 2005) ou a classificações ocupacionais diversas (Marques; Bichir; Scalón, 2012; Prêteceille; Cardoso, 2008). Este capítulo analisa a segregação residencial na metrópole em 2010 e a compara com o último momento censitário. A investigação da segregação permite que discutamos os espaços sociais presentes na metrópole paulistana, assim como suas transformações recentes. Nesse sentido, enquanto o capítulo anterior analisava os grupos sociais da metrópole, este investiga seus espaços.

Como não se dispõe da identificação geográfica dos dados da amostra do Censo de 1991, não é possível gerar a mesma informação para aquele

ano. Portanto, a década de 2000 e a primeira na história brasileira da qual podemos analisar dinamicamente a segregação intraurbana.

O capítulo é dividido em quatro partes. Na primeira, discuto, a partir da literatura, os principais elementos conceituais envolvidos com a análise, e, na segunda, analiso o padrão geral de segregação residencial em 2000 e 2010, considerando renda e classes sociais. Na seção seguinte, desenvolvo tipologias de espaços baseadas na distribuição das classes nos dois momentos censitários, de forma a capturar as mudanças ocorridas nos espaços. A quarta e última seção compara as duas classificações e investiga a distribuição dos tipos de espaços no território metropolitano.

Os debates sobre segregação residencial

Como é amplamente conhecido, São Paulo é intensamente segregada, a exemplo de outras cidades brasileiras e latino-americanas (Villaça, 2000; Carvalho et al., 2004; Pires, 2009; Centeno, 2009; Dureau; Vanegas, 2009). Estudos clássicos sobre a cidade já apontavam esse padrão de segregação como uma de suas mais importantes e constitutivas características (Camargo, 1976; Kowarik, 1979). Também desde os anos 1970, a estrutura geral da segregação residencial foi caracterizada como radial e concêntrica (Bonduki; Rolnik, 1982). Nessa estrutura, as amenidades, os serviços e os grupos sociais mais ricos se localizavam no centro da metrópole. O espaço, a partir deste, organizava-se em gradientes de crescente esvaziamento e precariedade na direção das periferias (Bonduki; Rolnik, 1982), lugar de sociabilidade ao mesmo tempo específica e similar ao restante da cidade (Durham, 1988).

Mais recentemente, enquanto algumas análises ressaltaram a permanência dessa estrutura (Bogus; Taschner, 2000; Maricato, 2003; Villaça, 2000), outras destacaram a crescente heterogeneidade do território metropolitano, em especial nas periferias (CEM, 2004; Marques; Torres, 2005), mas também nas favelas (Saraiva; Marques, 2005), a exemplo de estudos sobre o Rio de Janeiro (Valladares; Prêteceille, 2004). Evidências trazidas por estudos etnográficos reforçaram essas análises ao indicar significativa heterogeneidade nos espaços periféricos (Feltran, 2012). É interessante

observar que tal heterogeneidade já era destacada classicamente (Bonduki, 1991; Vetter et al., 1979), embora a leitura predominante até recentemente destacasse a homogeneidade das periferias.

Para os debates existentes sobre São Paulo nos anos 1990, essa heterogeneidade teria sido o produto de diversos processos combinados. Por um lado, seria produzida por um deslocamento na ação do Estado desde a redemocratização, impulsionado pela ação de movimentos sociais urbanos e por burocracias técnicas reformistas em um ambiente de competição partidária organizada crescentemente pela política eleitoral (Faria, 1992; Marques; Bichir, 2003). Isso teria levado ao crescente provimento de políticas e serviços, mesmo para os mais pobres dentre os pobres (Figueiredo; Torres; Bichir, 2006). Por outro lado, a composição social desses espaços periféricos também teria se alterado, com intensas mudanças demográficas (Baeninger, 2012), na pobreza (Marques, 2010) e na estrutura social, que teria se transformado de forma lenta, mas contínua. Por fim, esses padrões de heterogeneidade teriam sido reforçados pela disseminação de novos produtos habitacionais ligados a condomínios fechados localizados em espaços periféricos, em particular para grupos sociais ricos (Caldeira, 2000).

Essas transformações dialogam de forma contraditória com os debates internacionais existentes sobre as grandes tendências urbanas das últimas décadas. Podemos resumir os trabalhos internacionais sobre o tema em dois grupos, já discutidos parcialmente no Capítulo 1. Um primeiro conjunto envolve a discussão sobre a reestruturação produtiva ocorrida desde os anos 1970 e suas consequências sobre as cidades, a partir de contribuições fundadoras como Sassen (1991) e Leborgne e Lipietz (1990), apenas para citar duas das tradições mais influentes (e distintas). Um segundo grupo de estudos se insere mais claramente na tradição de análises sobre segregação residencial no espaço, tema canônico nos estudos urbanos desde os trabalhos pioneiros da Escola de Chicago (Park et al., 1925) e dos primeiros esforços de mensuração do fenômeno (Duncan; Duncan, 1955). Uma rápida recuperação dos argumentos recentes é importante pois estes informam as principais hipóteses existentes sobre as transformações ocorridas nas últimas décadas e observadas empiricamente no restante do capítulo.

Como já foi descrito no primeiro capítulo, Sassen (1991) sustentou que as transformações do capitalismo introduzidas desde os anos 1970 teriam concentrado as atividades de comando do mundo dos negócios nas grandes cidades, com o conseqüente esvaziamento de atividades secundárias, ligadas mais nitidamente à produção fordista. As estruturas sociais de tais metrópoles teriam sofrido processos de polarização das ocupações e social. A hipótese foi formulada originalmente para Nova York, Londres e Tóquio, mas posteriormente aplicada a muitas outras cidades (Knox; Taylor, 1995).

Partindo de premissas teóricas muito distintas associadas à teoria da regulação, autores como Leborgne e Lipietz (1990) chegaram a diagnóstico similar. Os autores sustentaram que a crise do fordismo dos anos 1970 e 1980 nas economias centrais do mundo capitalista gerou diversas respostas dos atores econômicos e governamentais, a maior parte organizada em torno de formas diversas de flexibilização. Esta envolveria as relações entre firmas, os contratos de trabalho e os processos propriamente fabris, com inúmeras conseqüências para o capital, o trabalho e as estruturas jurídicas e ideológicas. O que mais nos interessa aqui, entretanto, diz respeito novamente a um diagnóstico de polarização, tanto em termos da estrutura social, quanto no sentido geográfico, com a concentração territorial de atividades e de riqueza nos locais já privilegiados.

Portanto, em ambos os casos previa-se, como resposta ao crescimento das atividades terciárias ligadas ao comando dos negócios, polarização social e espacial, esta última como conseqüência das novas dinâmicas de produção do espaço e dos projetos de renovação urbana. Como já vimos no Capítulo 1, essa polarização da estrutura social não se verificou em São Paulo.

Desde então, tais hipóteses têm sido objeto de crítica, em especial pelos debates recentes sobre segregação residencial em grandes metrópoles, o que me leva a uma rápida recuperação deste segundo debate. É preciso apontar inicialmente que certas partes das hipóteses descritas anteriormente resistiram melhor ao tempo do que outras. Por um lado, o surgimento de um grupo social de super-ricos e de um mercado para promoção imobiliária orientada para atividades de comando dos

negócios parece ser consensual. Esse processo vem tendo importantes conseqüências espaciais sobre os mercados de terras, a habitação e as políticas urbanas, conduzindo a inúmeros projetos de renovação urbana (Fainstein, 2008), assim como a importantes processos de gentrificação (Butler, 1997) em cidades de todo o mundo.

De forma diferente, a hipótese da polarização social tem sido duramente criticada, pois os efeitos locais dos processos globais parecem variar substancialmente. Segundo alguns autores, os diferentes regimes de *Welfare* medeiam a influência de processos globais (Hamnett, 1996a; Vaattovaara; Korteinen, 2003). Como conseqüência, os mercados de trabalho podem sofrer processos de depreciação, melhora ou estabilidade das ocupações, assim como polarização propriamente dita, como vimos no Capítulo 2. Para muitos, as dinâmicas recentes seriam marcadas na maior parte dos casos pelo crescimento significativo das ocupações de natureza profissional, assim como pelo desenvolvimento de uma série de novas posições intermediárias na estrutura ocupacional de cidades como Londres (Hamnett, 1994; 1996b), Paris (Préteceille, 1995), Tóquio (Fujita; Hill, 2012) ou Oslo (Baum, 1999).

Portanto, em termos de estrutura social, temos como hipótese a ser testada em São Paulo não apenas a ocorrência de polarização, mas também a profissionalização da estrutura ocupacional.

Também parece consenso que o rebatimento espacial das transformações produtivas sobre os tecidos urbanos seja mediado por várias dinâmicas e estruturas, diferentemente da hipótese original de Sassen (1991). Em cidades como Atenas (Maloutas, 2007), Budapeste (Kovacs, 2012) e Paris (Préteceille, 1995), as histórias e estruturas urbanas tiveram importância primordial para construir a situação atual, enquanto em Madrid os mercados locais de terras e de habitação desempenharam papel fundamental (Dominguez; Leal; Goytre, 2012). Processos políticos e políticas públicas locais parecem ter sido fundamentais em diversos lugares, como em Londres (Hamnett, 1994; 1996b), Paris (Préteceille, 2000), Copenhagen (Andersen, 2012), e Helsinque (Wessel, 2000), assim como nas diversas cidades estudadas pelo projeto Urbex (Musterd; Murie, 2002). Portanto, testar a existência de polarização espacial em São Paulo representa uma segunda importante tarefa analítica.

De que forma, então, o debate internacional sobre segregação pode nos informar sobre os processos em curso nas metrópoles brasileiras? Uma excelente e atualizada revisão em onze cidades pode ser encontrada no livro editado por Maloutas (2012). O autor lista grandes tendências observadas, que dialogam com os resultados que apresento nas próximas seções. Em primeiro lugar, como já foi destacado, tendências globais não necessariamente se verificam localmente, visto que processos locais influenciam sobremaneira os resultados observados. Na maior parte dos casos, o principal eixo de segregação é socioeconômico e, embora estejam presentes dimensões étnico-raciais, estas superpõem-se ao anterior. Neste particular, em geral, os ricos são mais segregados do que os pobres, apesar de os debates usualmente destacarem principalmente os segundos. Os níveis de segregação dependem muito das políticas estatais, mas não necessariamente da forma prevista originalmente por seus formuladores. Além disso, Maloutas (2012) sustenta que observa-se na maior parte das cidades um aumento da diferenciação social dos lugares, com uma crescente aproximação espacial de grupos sociais diversos, sendo os condomínios fechados e a gentrificação apenas partes deste processo. Por fim, reduções na segregação não necessariamente significam redução da desigualdade ou maior contato entre grupos sociais.

Observemos agora como esses processos ocorreram em São Paulo, dialogando com as hipóteses que acabamos de levantar.

A segregação residencial em São Paulo

O panorama da segregação residencial fornecido pelo Censo de 2010 confirma uma forte continuidade na forma urbana, tanto com a observação simples de mapas temáticos da renda, por exemplo, quanto na análise de indicadores de estatística espacial. Uma primeira aproximação à mensuração da segregação pode ser alcançada analisando-se a distribuição espacial da renda com a utilização do Índice de Moran, indicador de segregação que mede a autocorrelação espacial no que se refere a alguma variável de interesse. Matematicamente, o índice varia entre -1 e 1 e expressa a correlação entre os valores de uma variável de

interesse em cada área e as médias dessa mesma variável para as áreas vizinhas, sendo que, quanto mais próximo à unidade, mais forte é a relação (Anselin, 1995). O Índice de Moran para a variável “renda do chefe” para as áreas de ponderação de 2000 era de 0,704, enquanto para a variável “renda do responsável”, em 2010, alcançava 0,699. Portanto, embora ligeiramente menor, era praticamente o mesmo.

Entretanto, os rendimentos nos dão uma medida demasiadamente simples da segregação por grupos sociais. Outro desdobramento mais detalhado diz respeito à segregação por classes sociais, medida pelos índices de Moran sobre a classificação EGP já utilizada desde o Capítulo 1 e construída segundo os procedimentos descritos em Barbosa e Marschner (2013). Essa informação é apresentada na tabela a seguir. De modo a produzir maior compreensão, as categorias rurais, de resto bastante residuais, foram excluídas da análise, resultando em oito classes.

Na Tabela 1, são apresentados o Índice de Moran (IM) e o Índice de Dissimilaridade (ID). Utilizam-se os dois porque cada um deles tem vantagens e desvantagens. O de Moran é menos sensível aos tamanhos dos grupos, mas tem interpretação menos intuitiva, enquanto o ID sofre a influência dos tamanhos relativos dos grupos. As classes manuais, por exemplo, apresentam índices de dissimilaridade muito mais baixos do que seus índices de Moran, pois representam grupos grandes, predominantes em amplo território, embora concentrados em áreas segregadas (as periferias). A análise, portanto, deve combinar a observação dos dois índices.

Tabela 1. Índices de Moran por classes, RMSP, 2000 e 2010

	Índice de Moran (IM)		Índice de Dissimilaridade (ID)	
	2000	2010	2000	2010
Proprietários e empregadores	0,71	0,59	0,39	0,43
Profissionais, nível alto	0,80	0,75	0,37	0,35
Profissionais, nível baixo	0,78	0,74	0,18	0,23
Não manuais de rotina, nível alto	0,61	0,46	0,12	0,10
Técnicos e supervisores	0,62	0,49	0,12	0,13
Não manuais de rotina, nível baixo	0,61	0,58	0,10	0,11
Manuais qualificados	0,68	0,73	0,16	0,15
Manuais não qualificados	0,60	0,66	0,15	0,17

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

Observemos primeiro o Índice de Moran. Usualmente, considera-se que valores superiores a 0,6 indicam alta segregação. As informações da tabela, assim, sugerem segregação entre média-alta e alta, em especial para as categorias superiores. Além disso, os números variam pouco, mas predomina pequena redução, exceto nas classes manuais. Por exemplo, o índice dos profissionais de nível alto era de 0,80 em 2000, e passou a ser de 0,75.¹ Isso indica certa redução da concentração dessas classes, embora, como já vimos, o resultado possa expressar também o aumento proporcional de tais classes na década. No caso dos trabalhadores manuais qualificados e não qualificados, verifica-se elevação da segregação (únicos casos de elevação dos índices de Moran). Como já foi dito, essas duas categorias reduziram a sua presença da década, o que pode ajudar a explicar o aumento da segregação.

As classes médias apresentam os menores índices. Também nelas observam-se as mudanças mais expressivas, em especial nos trabalhadores não manuais de rotina, níveis alto e baixo. Embora não fossem as classes mais segregadas em 2000, passaram a ser as menos segregadas em 2010, com índices de 0,46 e 0,58, respectivamente. Veremos que a redução da concentração dessas categorias médias está inserida em tendência recente de expansão, exatamente dos espaços mistos. Os empregadores e os técnicos e supervisores também apresentaram reduções expressivas, mas, dado o tamanho destas classes, esse resultado pode expressar apenas variações amostrais.

Observemos agora o Índice de Dissimilaridade. Varia entre 0 e 1 e totaliza as diferenças entre as distribuições de atributos de interesse, considerando uma distribuição como referência. Isso pode parecer um pouco obscuro, mas, na verdade, a sua interpretação é bastante intuitiva, indicando a proporção da população com um atributo de interesse (certa origem migratória, por exemplo) que deveria ser movimentada

1 Os índices de Moran e os índices de dissimilaridade reportados aqui referentes a 2000 são ligeiramente diferentes dos apresentados em Marques, Scalón e Bichir (2012), pela escala geográfica usada para analisar a segregação. No caso daquele estudo, os indicadores foram produzidos com a base de áreas de ponderação de 2000 compatibilizada com 1991 – 814 áreas. Aqui, utilizo uma base de 2000 compatibilizada com 2010. Sobre o efeito metodológico da escala das áreas sobre as medidas de segregação, ver Sabatini (2004).

especialmente para igualar a distribuição da população em sua totalidade ou com outro atributo (a população de outra origem, por exemplo). Exemplificando, a tabela nos informa que, em 2000, 37% da população de profissionais de nível alto (ou 0,37) deveria ser movimentada para que a distribuição dessa classe fosse igual à da população em geral nas áreas de ponderação. Como se pode ver, encontramos índices de moderados a baixos (entre 0,1 e 0,23), tendo o conjunto da população como referência, exceto para profissionais de nível alto (0,37 e 0,35 em 2000 e 2010, respectivamente) e proprietários (0,39 e 0,43).² Não por acaso, as classes superiores já apresentavam índices de Moran muito altos.

Portanto, analisando-se a partir do ponto de vista de ambos os índices, as classes superiores são as mais segregadas³ e as demais classes apontam graus de segregação entre medianos e altos. Na década, as classes que mais cresceram proporcionalmente tenderam a se desconcentrar, enquanto as que se reduziram aumentaram sua segregação.

Entretanto, esses resultados ainda dizem respeito ao conjunto da metrópole. Podemos também calcular o Índice de Dissimilaridade entre classes, investigando de que forma os grupos sociais se segregam uns em relação aos outros. As tabelas 2 e 3 apresentam a informação para 2000 e 2010, respectivamente. Exemplificando a interpretação dos indicadores, a Tabela 2 informa que, em 2000, o ID entre profissionais de nível alto e trabalhadores manuais qualificados, por exemplo, era de 0,52. Isso quer dizer que 52% dos profissionais de nível alto deveriam ser movimentados em 2000 para alcançar a mesma distribuição dos manuais qualificados.

2 Para dar uma escala para o ID, vale reportar que, para Paris, em 1999, o mais alto ID entre grupos linguísticos era observado entre os que falavam francês e os imigrantes turcos – 0,47. A grande maioria dos demais índices entre grupos étnicos não ultrapassava 0,4 (Préteceille, 2012). Em Hong Kong, em 2006, 0,57 era o Índice de Dissimilaridade entre os mais ricos e mais pobres (Yip, 2012). Em Atenas, em 2001, 0,40 era o ID entre profissionais de nível alto e ocupações manuais de rotina (Maloutas, 2007).

3 Esses resultados confirmam os achados sobre várias cidades reportados por Maloutas (2012), assim como a análise comparativa do Rio de Janeiro com Paris desenvolvida por Préteceille e Cardoso (2008). Apesar de a segregação ser mais alta no Rio de Janeiro do que em Paris para todas as categorias, é mais elevada para as classes superiores nas duas cidades. O mesmo tipo de resultado foi encontrado para Santiago do Chile por Sabatini et al. (2008). Esse argumento já havia sido levantado para cidades brasileiras por Villaza (2000) analisando padrões espaciais em mapas temáticos até 1991.

Essa proporção caiu um pouco em 2010, para 0,49. O mais alto índice dizia respeito a proprietários e manuais de nível baixo em 2010 – 0,57 – valor bastante elevado. Os índices mais elevados se relacionavam, portanto, às elites, tendo as classes inferiores como referência. Por outro lado, os níveis do ID entre grupos médios e inferiores eram entre medianos e baixos.

Tabela 2. Índices de dissimilaridade entre classes, RMSP, 2000

	Proprietários e empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Técnicos e supervisores	Não manuais de rotina, nível baixo	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
Proprietários e empregadores	–	0,15	0,26	0,36	0,42	0,45	0,53	0,50
Profissionais, nível alto	0,15	–	0,22	0,33	0,40	0,42	0,52	0,49
Profissionais, nível baixo	0,26	0,22	–	0,14	0,21	0,23	0,34	0,32
Não manuais de rotina, nível alto	0,36	0,33	0,14	–	0,13	0,15	0,25	0,25
Técnicos e supervisores	0,42	0,40	0,21	0,13	–	0,15	0,19	0,21
Não manuais de rotina, nível baixo	0,45	0,42	0,23	0,15	0,15	–	0,15	0,15
Manuais qualificados	0,53	0,52	0,34	0,25	0,19	0,15	–	0,10
Manuais não qualificados	0,50	0,49	0,32	0,25	0,21	0,15	0,10	–

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

Como podemos ver, os índices são bastante altos, em especial para profissionais de nível alto e proprietários. Exemplificando a interpretação dos indicadores, a tabela nos informa que o ID entre profissionais de nível alto e trabalhadores manuais qualificados, por exemplo, era de 0,52 em 2000 e de 0,49 em 2010. Isso quer dizer que cerca de 52% dos profissionais de nível alto deveriam ser movimentados em 2000 para alcançar a mesma distribuição dos manuais qualificados. O mais alto índice dizia respeito a proprietários e manuais de nível baixo em 2010 – 0,57, valor bastante alto internacionalmente.⁴ Portanto, os índices mais elevados

⁴ Apenas para dar uma ideia de comparabilidade, para Paris, em 1999, o mais alto índice de dissimilaridade entre indivíduos que falavam francês e imigrantes turcos era de 0,47.

eram os relacionados às elites, tendo as classes inferiores como referência. Por outro lado, os níveis do ID entre grupos médios e inferiores eram entre medianos e baixos.

Tabela 3. Índices de dissimilaridade entre classes, RMSP, 2010

	Proprietários e empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Técnicos e supervisores	Não manuais de rotina, nível baixo	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
Proprietários e empregadores	–	0,18	0,27	0,41	0,48	0,51	0,56	0,57
Profissionais, nível alto	0,18	–	0,16	0,32	0,39	0,43	0,49	0,50
Profissionais, nível baixo	0,27	0,16	–	0,19	0,28	0,30	0,38	0,39
Não manuais de rotina, nível alto	0,41	0,32	0,19	–	0,15	0,16	0,22	0,25
Técnicos e supervisores	0,48	0,39	0,28	0,15	–	0,16	0,17	0,21
Não manuais de rotina, nível baixo	0,51	0,43	0,30	0,16	0,16	–	0,13	0,15
Manuais qualificados	0,56	0,49	0,38	0,22	0,17	0,13	–	0,10
Manuais não qualificados	0,57	0,50	0,39	0,25	0,21	0,15	0,10	–

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

A observação das tabelas nos indica outra dimensão importante. Como podemos ver, os índices são perfeitamente ordenados entre as classes. Quando caminhamos à direita nas linhas ou para baixo nas colunas, os índices aumentam para as classes superiores e diminuem para as classes inferiores. Para as classes médias, eles se reduzem e depois aumentam, embora com menor magnitude. Portanto, os dados sugerem de forma bastante eloquente que, quanto maior é a distância social entre classes, maior é a segregação. A estrutura da segregação em São Paulo, portanto, é fortemente hierárquica socialmente, em nítido sentido de evitação social. Assim, entre classes de elite, ou entre classes inferiores,

A grande maioria dos demais índices entre grupos étnicos não ultrapassava 0,4 (Préteceille, 2012). Em Hong Kong, em 2006, 0,57 era o Índice de Dissimilaridade entre os mais ricos e mais pobres da distribuição de renda (Yip, 2012). Em Atenas, em 2001, 0,40 era o ID entre profissionais de nível alto e ocupações manuais de rotina (Maloutas, 2012).

os Ids são muito baixos, enquanto crescem muito entre grupos de elite e inferiores. As distribuições espaciais das classes médias são muito mais próximas daquelas dos grupos inferiores do que das elites, reforçando que o tecido metropolitano tende a ser relativamente heterogêneo, exceto pela localização das classes do topo da estrutura social.

Em termos dinâmicos, comparando as duas tabelas, podemos notar que predomina a manutenção dos índices, os quais, contudo, aumentam entre profissionais de nível baixo e todas as categorias médias e baixas, assim como entre os proprietários e todas as categorias médias e baixas. Entre profissionais de níveis altos e baixos, os índices diminuem.

Portanto, a metrópole paulistana é segregada, em especial no que diz respeito às classes superiores. O conjunto da estrutura de segregação é fortemente hierárquico e as classes médias e inferiores tendem a se misturar mais, porém em espaços não habitados pelas elites. Em geral, a segregação se manteve estável ao longo da década, embora talvez com aumento da segregação das classes superiores e redução da segregação das classes baixas, que se tornaram mais misturadas com as médias. Observemos agora como esse processo se desdobra espacialmente.

Tipos de espaços

Para explorar a estrutura social no espaço paulistano em 2010, assim como as transformações ao longo da década, construí classificações de espaços a partir das classes. Para tanto, tomei como ponto inicial a base cartográfica compatibilizada 2000/2010 e submeti a distribuição das classes EGP nas áreas de ponderação em 2000 e 2010 a análises fatorial e de *cluster*. O ponto de partida da análise foi um banco de dados construído de forma a que cada área de ponderação entrasse duas vezes, cada uma com as distribuições proporcionais das classes em um censo. Esse procedimento gerou tipos de áreas, considerando a composição de classes ali presente, e a utilização conjunta da distribuição dos grupos para os dois censos gerou uma classificação para os dois momentos simultaneamente, garantindo a comparabilidade. A seguir, discuto os resultados, primeiro em termos de distribuição das classes, e depois em termos de mudança dos espaços.

Primeiramente, foi realizada análise fatorial da distribuição das classes nas áreas com os dados dos dois censos no banco de dados, o que resultou em 1.266 “casos” ou “áreas” (633 de cada censo com cada área duplicada). A análise sugeriu uma grande concentração do fenômeno em dois fatores com autovalor superior à unidade, que explicam 78,9% da variância. O primeiro fator se associava de forma forte (e positiva) à presença de proprietários e profissionais, e negativamente aos trabalhadores manuais. O segundo fator se encontrava vinculado principalmente com técnicos e supervisores e com não manuais de rotina, níveis alto e baixo.

Em seguida, foi realizada análise de *cluster* das áreas segundo esses dois fatores, obtendo-se cinco grupos. A seguir, pode ser observada a distribuição das classes para 2000. Medidas de dispersão indicam que a variabilidade interna aos grupos é bastante baixa. Como se pode ver, à medida que trafegamos do 1 ao 5, os grupos apresentam proporções decrescentes de classes superiores – proprietários e profissionais – e crescentes de trabalhadores manuais. As classes intermediárias tendem a aparecer mais fortemente nos grupos intermediários, caracterizados por conteúdos mistos, mas com baixa presença relativa dos grupos superiores.

O exercício analítico também gerou grupos para 2010, segundo o que é apresentado na Tabela 5. Novamente, a variabilidade interna aos grupos se mostrou bastante pequena. Os resultados manifestaram também muita semelhança com os obtidos para 2000, embora as diferenças sejam mais expressivas nos espaços médios-baixos misturados e manuais, o que já seria de se esperar, considerando-se as taxas de crescimento demográfico mais elevadas nas periferias.⁵

Esses agrupamentos delimitam de maneira precisa espaços habitados por composições específicas de classes. Uma boa forma de testar as diferenças entre os tipos de espaços e a consistência das duas classificações é observar como eles se distribuem nas áreas em cada ano, considerando os dois fatores produzidos anteriormente. O Gráfico 1 apresenta essa informação. Como se pode ver, a distribuição das áreas nos dois anos aponta

5 Ver Capítulo 5 deste livro. Mais adiante no presente capítulo, discuto as diferentes tendências demográficas em termos de crescimento por grupo.

Tabela 4. Distribuição proporcional das classes e grupos – RMSP, 2000 (%)

	Número de APs	População	% da população	Proprietários e empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Não manuais de rotina, nível baixo	Técnicos e supervisores	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
1 – espaços das elites	43	1.116.233	6,3	10,6	29,0	18,2	11,8	9,8	3,3	6,7	10,6
2 – espaços das classes médias-altas	58	1.671.129	9,4	7,5	17,5	14,0	14,1	15,5	4,5	14,9	12,0
3 – espaços médios-misturados	127	3.816.541	21,5	3,6	9,5	10,5	15,5	17,4	6,0	23,4	14,1
4 – espaços médios-baixos misturados	215	6.506.186	36,7	1,8	4,6	6,6	11,6	17,8	4,9	31,7	21,0
5 – espaços dos trabalhadores manuais	190	4.608.810	26,0	1,0	2,3	4,3	8,5	16,0	4,7	38,4	24,8
Total	633	17.718.900	100,0	3,0	7,7	8,1	11,7	16,4	4,9	29,0	19,2

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

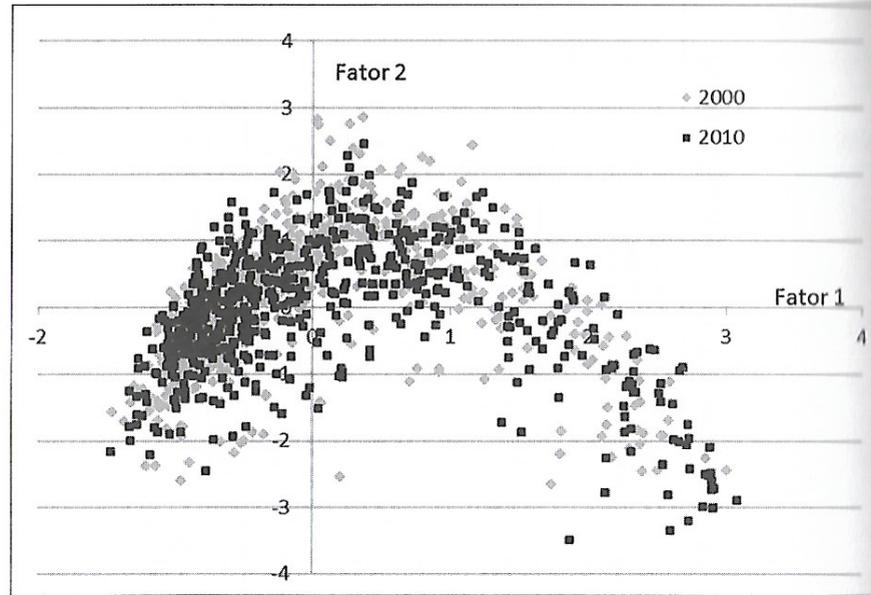
Tabela 5. Distribuição proporcional das classes e grupos – RMSP, 2010 (%)

	Número de APs	População 2010	% da população	Proprietários e empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Não manuais de rotina, nível baixo	Técnicos e supervisores	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
1 – espaços das elites	47	1.346.324	6,9	8,7	38,5	20,8	10,0	7,0	2,3	5,2	7,5
2 – espaços das classes médias-altas	53	1.711.317	8,7	6,2	24,4	17,5	13,7	13,5	3,2	12,9	8,6
3 – espaços médios-misturados	136	4.325.736	22,1	2,4	13,3	13,4	15,4	17,3	4,8	21,3	12,1
4 – espaços médios-baixos misturados	214	7.029.647	35,9	1,2	6,3	7,7	11,8	19,2	4,1	29,5	20,2
5 – espaços dos trabalhadores manuais	183	5.188.244	26,5	,5	3,4	4,8	9,0	18,5	3,9	35,4	24,5
Total	633	19.601.268	100,0	2,2	10,9	9,9	11,8	17,2	4,0	25,4	17,8

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

comportamento similar nos fatores. A inexistência de um comportamento linear demonstra como a estratégia tipológica é apropriada, de forma a capturar as várias combinações dos dois fatores.

Gráfico 1. Fatores e grupos – RMSB, 2010



Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

Mas será que essas configurações de classes apresentam características sociais distintas? Tais características podem ser analisadas pelas médias de indicadores não utilizados na análise. A Tabela 6 expõe a informação, indicando nítida ordenação decrescente dos tipos de espaços em termos de condições sociais e urbanas. Nota-se que o ISEI – que, como vimos em capítulos anteriores, sumariza posições de classe considerando classes, níveis de educação e rendimentos – cai continuamente entre os espaços. Se, nos espaços ocupados predominantemente por classes superiores, alcançava 59 e 51 em 2010, situava-se em 34 e 37 nos espaços dos trabalhadores manuais e nos espaços médios-baixos misturados, respectivamente. É interessante notar que os espaços superiores distam muito mais da média do que os ocupados por trabalhadores manuais, produto da estrutura de desigualdades presente na conformação social (e de

segregação residencial) da metrópole, influenciada mais fortemente pela intensidade dos atributos dos grupos superiores do que dos inferiores.

De forma similar, os rendimentos tendem a cair substancialmente entre os grupos quando consideramos quocientes em relação à média metropolitana em 2010. Novamente, os espaços superiores distam muito mais da média do que os inferiores. A composição social também indica população mais rica, menos jovem, menos preta e parda e mais escolarizada nos espaços superiores, havendo inversão paulatina desses conteúdos quando caminhamos para baixo na tabela.

Tabela 6. Indicadores sociais escolhidos por grupo – RSMP, 2010

	N	ISEI	Renda/renda média metropolitana	Moradores por domicílio	Pop. com até 5 anos de idade (%)	Pop. com até 10 anos de idade (%)	Autodeclarados pretos ou pardos (%)	Alfabetizadas com 5 anos ou mais (%)
1 – espaços das elites	31	59,0	3,5	2,6	3,4	9,1	10,3	98,1
2 – espaços das classes médias-altas	65	51,4	1,9	2,9	3,9	11,0	17,8	97,0
3 – espaços médios-misturados	125	44,3	1,0	3,1	4,6	13,1	28,7	95,9
4 – espaços médios-baixos misturados	200	37,4	,7	3,4	5,6	16,3	43,6	92,8
5 – espaços dos trabalhadores manuais	212	33,9	,5	3,5	6,3	18,3	51,7	91,2
Total	633	40,6	1	3,3	5,3	15,2	38,1	93,7

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

O conjunto dos indicadores das tabelas anteriores sugere que em 2010 os grupos de unidades configuram espaços com as características que se seguem:

1. espaços das elites

Eram caracterizados pela elevada presença de proprietários e profissionais (68,0%), com renda muito alta (quatro vezes a média da metrópole) e ISEI alto (cerca de 50% superior à média) e escolaridade elevada. A presença de crianças era baixa e a de pessoas autodeclaradas como

pretas ou pardas representava um quarto da média da metrópole. Os trabalhadores manuais tendiam a ser residuais – 12,5. Esses espaços incluíam majoritariamente apartamentos (69,5), densidade domiciliar baixa e acesso a infraestrutura quase completa (coberturas maiores do que 96% para todos os serviços urbanos).⁶ Esses espaços representavam claramente as áreas ocupadas pelos grupos sociais superiores. Perderam população na década de 1990, com taxas médias negativas de -1,1% ao ano, mas inverteram as taxas e cresceram a 1,1% ao ano nos anos 2000.

2. espaços das classes médias-altas

Os proprietários e profissionais também eram predominantes, mas já não eram majoritários – 48,1%. Além disso, esses espaços também alojavam proporções acima da média de trabalhadores não manuais de rotina nível alto – 13,7%, totalizando 61,8% dessas classes em sua população. A renda e o ISEI eram médios-altos, mas muito inferiores aos dos espaços da elite (a renda média era pouco mais da metade da renda dos espaços anteriores). Nesses espaços também predominavam apartamentos (43,9%) e condomínios (2,8%, a mais alta presença entre os grupos) e apresentavam completa infraestrutura (praticamente igual à do grupo anterior). Essas áreas também mostraram queda nos anos 1990 – taxas negativas de -0,7% ao ano, em média – e recuperaram o crescimento nos anos 2000 – 1,2% a.a.

3. espaços médios-misturados

Esses espaços tinham características próximas da média da metrópole em quase todos os indicadores, mas proporções levemente acima da média de profissionais, trabalhadores não manuais de rotina nível alto, técnicos e supervisores. A proporção dessa última classe é a mais alta em toda a metrópole. Certamente representavam áreas misturadas, mas com predominância de classes médias e também presença de grupos superiores. Os indivíduos autodeclarados pretos e pardos já alcançam

⁶ As condições urbanas e habitacionais são analisadas em detalhes no Capítulo 7 por Carolina Requena, Samuel Ralize e Betina Sarue, sendo aqui apresentadas apenas para caracterizar os espaços.

79% da população. Em termos gerais, suas características eram um pouco superiores à média em termos de composição social. Os apartamentos são amplamente minoritários – apenas 22% da população, mas as condições urbanas continuam bastante elevadas e a infraestrutura, próxima da universalização. Apresentaram quase estabilidade demográfica nos anos 1990 – taxa média negativa de 0,1% a.a. – e crescimento bastante reduzido nos anos 2000 – taxa média de 0,5% a.a.

4. espaços médios-baixos misturados

Áreas com predominância de trabalhadores manuais (qualificados e não), mas também não manuais de rotina nível baixo, além de técnicos. Essas quatro classes totalizavam 71,6% da população. Esses espaços apresentam a mais elevada presença de trabalhadores não manuais de rotina nível baixo – 18,5%. A renda relativa e o ISEI são entre médios e baixos. Tratava-se de áreas com características sociais mistas entre classes médias e grupos sociais baixos e com elevada presença de pretos e pardos – 44%. A forma predominante de habitação eram casas (apenas 9% de apartamentos) e os setores subnormais eram mais frequentemente presentes do que na média da metrópole. Esses espaços tiveram crescimento alto nos anos 1990 – 2,8% a.a. – e continuaram crescendo nos anos 2000 – 1,1% a.a. Para a maior parte dos indicadores, as condições de infraestrutura eram próximas da média metropolitana ou até melhores do que ela.

5. espaços dos trabalhadores manuais

O último grupo apresentava uma elevada e clara predominância de trabalhadores manuais qualificados e não qualificados – 58,9%. A única outra classe com proporção superior à média metropolitana era a dos trabalhadores não manuais de rotina, nível baixo, com 18,5%. A renda e ISEI eram muito baixos. A população morava quase sempre em casas (91,7%) e os moradores de setores subnormais eram muito presentes (proporção 50% mais alta do que a do tipo de espaço precedente). Indivíduos autodenominados pretos ou pardos eram predominantes – 51,7% (único tipo de espaço com essa predominância na metrópole), e jovens

eram abundantes. Essas áreas experimentaram explosão demográfica nos anos 1990 – 6% a.a., e continuaram crescendo a taxas expressivas nos anos 2000 – 1,9% a.a. As condições de infraestrutura eram muito precárias em quase todos os indicadores – apenas 72% dos domicílios contavam com banheiros de uso exclusivo, 72% tinham lixo coletado por serviço de coleta e 73% dos domicílios tinham acesso a serviços de energia elétrica com medidor individualizado. É de se notar que os cinco tipos de espaços discutidos nesta seção apresentavam pequena variação nas condições de infraestrutura em torno da coberturas altas e próximas às médias da metrópole. O único espaço que discrepava era exatamente o dos trabalhadores manuais, onde todos os indicadores apresentam coberturas inferiores à média (por vezes substancialmente), e os indicadores de precariedade do entorno das habitações indicavam condições muito precárias. Essas informações serão exploradas em maiores detalhes no capítulo relativo às condições urbanas.

Comparando espaços nos anos 2000

Será que as áreas já tinham essas características em 2000? Que tipos de transformação ocorreram nesses espaços em termos de conteúdos sociais? Para analisar tal dimensão, cruzamos as duas classificações construídas anteriormente. Estas não são estritamente comparáveis, pois os patamares médios e a distribuição das condições mudaram entre os censos. Portanto, realizamos a análise em dois momentos. No primeiro, controlamos as mudanças dentro dos tipos de espaços, para depois investigar as mudanças de classificação de cada espaço em particular.

Para controlar as mudanças nos conteúdos dos tipos de espaços em cada censo, começamos analisando as diferenças entre as classes nos grupos, o que pode nos indicar alterações nas composições sociais dos espaços delimitados anteriormente. Se subtrairmos as proporções relativas das classes nas áreas nos dois censos (tabelas 4 e 5), encontramos o resultado a seguir (para aumentar a visibilidade, diferenças inferiores a 1% em módulo foram ocultadas).

Tabela 7. Diferenças entre as proporções nas áreas 2000, 2010 – RMSP (%)

2010-2000	Proprietários e empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Técnicos e supervisores	Não manuais de rotina, nível alto	Não manuais de rotina, nível baixo	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
1 – espaços das elites	-1,9	9,5	2,6	-1,8	-2,8	-1,0	-1,7	-3,1
2 – espaços das classes médias-altas	-1,3	7,0	3,5		-2,1	-1,2	-2,2	-3,4
3 – espaços médios-misturados	-1,2	3,8	2,8			-1,2	-2,4	-2,0
4 – espaços médios-baixos misturados		1,7	1,2		1,4		-3,6	
5 – espaços dos trabalhadores manuais		1,1			2,5		-4,0	
Total		3,2	1,7				-2,7	-1,4

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE. Diferenças inferiores a 1% ocultadas.

Como se pode ver, há diferenças substantivas apenas nas classes profissionais, níveis altos e baixos (positivas), nos trabalhadores manuais (negativas). É de se notar que as classes profissionais aumentaram sua presença em todos os grupos, mesmo onde eram amplamente minoritárias. Simultaneamente, os trabalhadores manuais reduziram sua presença em todos os tipos de espaços, reforçando a presença de um processo de profissionalização, como foi comentado no capítulo anterior.

Entretanto, a mais impressionante mudança foi a elevação da presença de profissionais de nível alto e baixo nos espaços onde essas classes já se encontravam concentradas – espaços das elites e das classes médias-altas. Adicionalmente, é importante assinalar que foi justamente nesses espaços superiores que os trabalhadores manuais não qualificados tiveram sua presença mais reduzida. Portanto, ao longo da década esses espaços tornaram-se mais exclusivos. Por outro lado, os trabalhadores manuais qualificados reduziram mais sua presença relativa nos espaços inferiores, onde antes eram predominantes. Nesses espaços também se verificaram os maiores crescimentos relativos dos trabalhadores não manuais de rotina de nível alto, assim como aumentos não desprezíveis de profissionais. Vale acrescentar que, como vimos no capítulo anterior, os trabalhadores

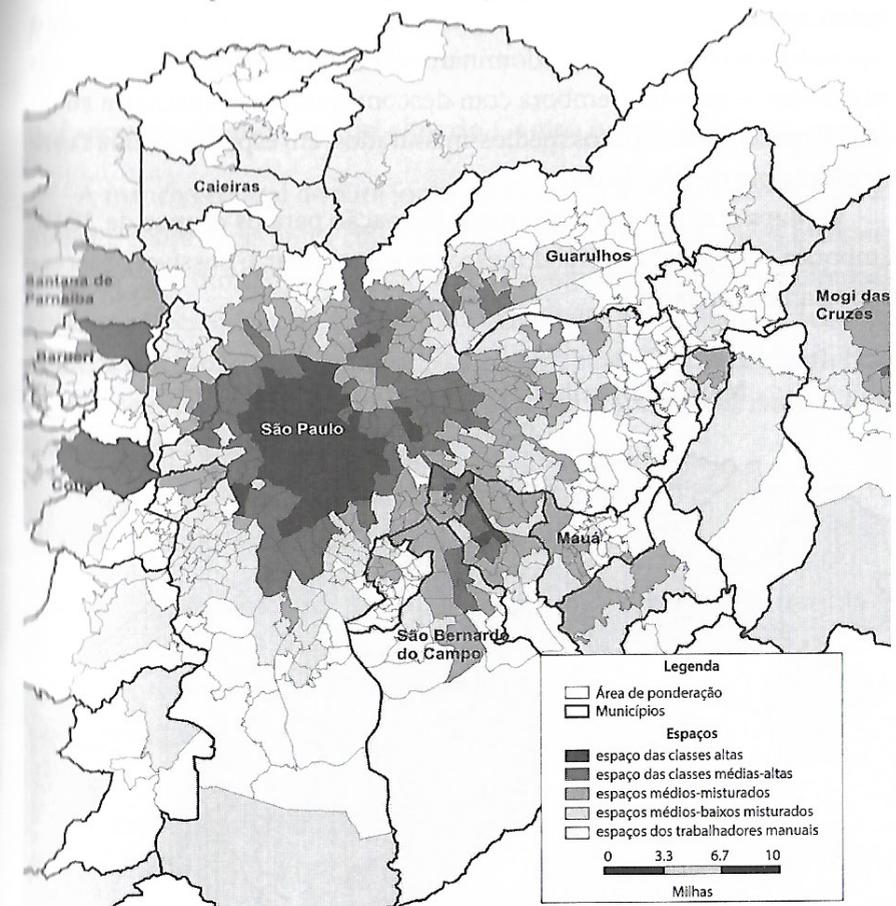
não manuais de rotina nível baixo apresentam renda e *status* ocupacional (medido pelo ISEI) superiores aos das classes manuais, o que reforça a melhora dos conteúdos sociais médios dos espaços inferiores.

Portanto, em relação aos tipos de espaços, em geral aumentou a presença de profissionais (níveis alto e baixo) e se reduziu a de trabalhadores manuais (qualificados, mas também não qualificados). As classes superiores se tornaram ainda mais predominantes nos espaços superiores, mas os espaços inferiores se tornaram menos operários e manuais e mais ligados aos trabalhadores não manuais de rotina, assim como as classes superiores. Portanto, os espaços inferiores, que, como veremos, tendem a ser os mais periféricos, tornam-se mais heterogêneos.

E a geografia dessas transformações? Para analisá-la, primeiramente comparamos como cada área foi classificada em 2000 e em 2010. Como o exercício realizado partiu da classificação com os dois anos juntos, foram criados grupos estritamente comparáveis metodologicamente. Apesar das semelhanças no padrão geral, as áreas não apresentaram classificação idêntica, sugerindo padrões de mudança. A maioria das áreas – 93,8% – foi classificada nos mesmos grupos nos dois censos, mas a investigação dos 6,2% restantes, se compararmos a distribuição dos tipos de espaço em cada censo, pode nos dizer muito sobre as mudanças da metrópole na década.

O Mapa 1 mostra a distribuição das classes segundo os tipos de espaço em 2000. Como era de se esperar, o espaço das elites está fortemente concentrado a sudoeste do Centro expandido. Ali, pode-se ver o espraiamento dos espaços de elite na direção dos centros dos municípios mais ricos da região do ABC paulista – São Caetano, Santo André e, em menor proporção, São Bernardo do Campo. No entorno dessa área de elite, regiões de classes médias operam uma espécie de transição para as áreas periféricas, com significativa heterogeneidade.

No espalhamento dessa região a sudoeste, pode-se observar nitidamente a favela de Paraisópolis como um espaço de trabalhadores manuais encravado no território contínuo da elite. E, entre as duas manchas contínuas mais escuras a sudoeste do Centro expandido e junto à fronteira com o município de São Caetano, localiza-se outro espaço manual e médio-baixo misturado, neste caso o complexo de favelas de Heliópolis/São João Clímaco. Trata-se dos únicos casos de microssegregação de toda



Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

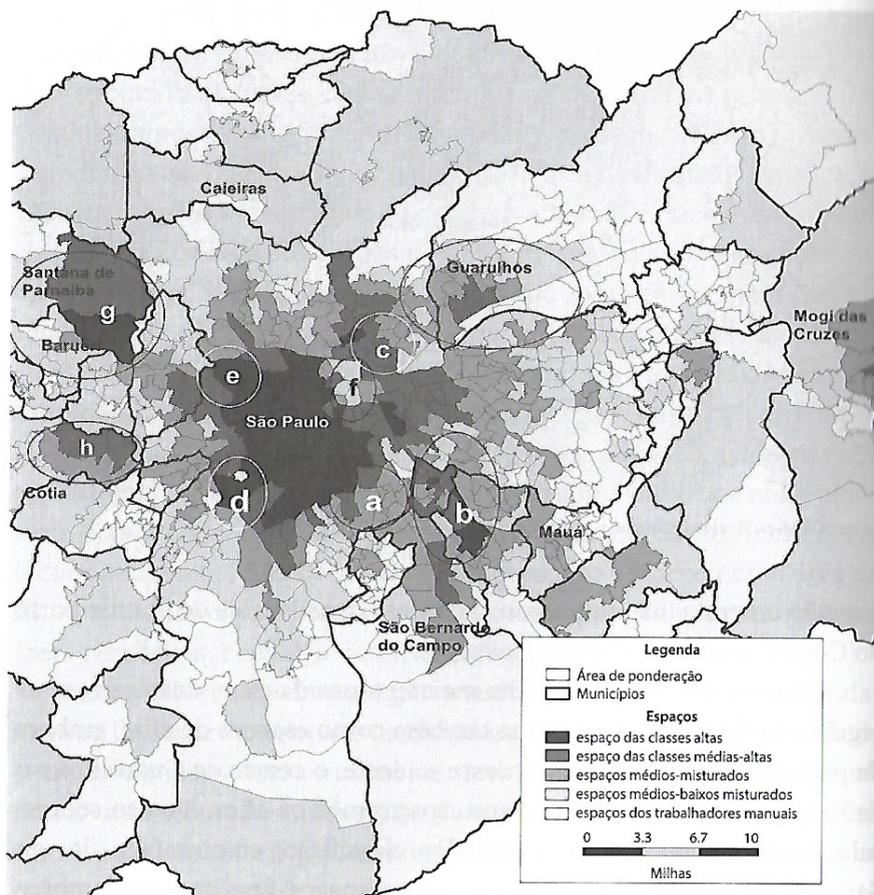
a região central – não por acaso, as únicas duas favelas de grande porte no Centro expandido de São Paulo.

A leste e a norte da mancha mais extensa da elite, destacam-se as regiões do Tatuapé e de Santana também como espaços de elite, embora de pequenas dimensões. A nordeste e a leste, o centro de Guarulhos e o de Mogi das Cruzes aparecem como espaços médios-altos. A oeste, sobressai a região dos condomínios fechados, classificada como média-alta em Santana de Parnaíba e em Barueri como espaços de elite, mas também como área nobre em parte do município de Cotia.

O centro histórico aparece como espaço predominantemente médio-baixo misturado e manual. As regiões mais periféricas, também como esperado, correspondem predominantemente a espaços médio-baixos misturados e manuais, embora com descontinuidades espaciais e substancial presença de espaços médios-misturados, em especial a Zona Leste do município de São Paulo.

O Mapa 2 apresenta a mesma informação para os grupos de 2010. Embora a configuração geral dos espaços seja similar, é possível observar importantes mudanças.

Mapa 2. Distribuição dos grupos – RMSF, 2010



Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

As principais tendências de mudança podem ser resumidas da seguinte forma:

a. Expansão da mancha de elite do Centro expandido:

A mancha central de elite junto do Centro aumentou em direção ao Sudeste sobre áreas antes classificadas como média-altas (área marcada como “a”) em direção ao ABC paulista. O mesmo se verificou nas direções oeste e sudoeste (em região marcada como “d”) e a norte e noroeste da mancha de elite (onde foi marcado como “b”, e na Vila Leopoldina). Não há efeitos expressivos identificáveis das Operações Urbanas, nem na área da Faria Lima/Berrini.

b. Com popularização do Centro histórico:

No Centro histórico, uma quantidade maior de áreas apresentava características de áreas médias misturadas e agora tem conteúdos médios-baixos misturados, sendo portanto mais populares do que antes (área marcada como “c”);

c. Condomínios fechados concomitantes com continuidade de periferização:

No oeste da região, uma área em Barueri transitou para espaço de elite, enquanto outras nesse mesmo município – assim como em Cotia e em Santana de Parnaíba – se tornaram médias-altas.

Outras áreas da mesma região fizeram o caminho inverso, migrando de médias-altas misturadas para médias misturadas. No extremo sudoeste do município de São Paulo, várias áreas antes classificadas como médias-baixas misturadas se tornaram manuais, ao mesmo tempo que outras fizeram o caminho contrário. Em Guarulhos, vários espaços se tornaram mais populares, não muito longe das áreas em elitização já destacadas.

Portanto, processos de expansão da região mais rica da cidade, de empobrecimento das áreas centrais e de elitização e de periferização de áreas

periféricas coexistem ao longo da década, tornando a estrutura da metrópole ainda mais complexa, apesar da permanência da segregação.

Resumindo tendências

É bastante difícil fazer um balanço único de todas essas tendências. De forma geral, é possível dizer que São Paulo é uma cidade bastante segregada, em especial no que diz respeito às classes superiores. As classes médias e inferiores são bem menos segregadas e tendem a coabitar espaços mais frequentemente, mas a estrutura geral da segregação indica uma clara hierarquia entre grupos, apontando para um padrão que poderíamos chamar de “evitação social” por parte das classes superiores. Ao longo da década, essa estrutura mudou pouco, tanto no que diz respeito aos indicadores de segregação, quanto no que tange à distribuição espacial da renda e das classes sociais.

Essa estabilidade é reforçada pela análise geral dos tipos de espaços sociais. Entretanto, a análise dos detalhes da composição dos tipos, assim como sua distribuição espacial, sugerem importantes transformações. Os tipos de espaços da metrópole indicam espaços superiores mais exclusivos em 2010, ao mesmo tempo que espaços manuais e populares se tornaram menos operários e mais misturados ao final da década. Portanto, os espaços superiores se tornaram ainda mais homogêneos, mas os demais espaços da metrópole, inclusive os periféricos, ficaram mais heterogêneos.

A espacialização das informações confirma essa análise. Em termos territoriais, diversas tendências coexistiram na década. Se, por um lado, os dados indicaram expansão da mancha mais rica do Centro expandido (que tendeu a ficar ainda mais elitizado), áreas do Centro velho se popularizaram. Nas amplas periferias da metrópole, puderam ser observados tanto processos de elitização (ligados a condomínios, mas não apenas a eles) quanto de continuidade das tendências clássicas de periferização, tornando a estrutura da metrópole mais heterogênea na década, com periferias mais diversificadas, embora com um núcleo elitizado mais exclusivo e de maiores dimensões territoriais.

Capítulo 7

Condições urbanas: desigualdades e heterogeneidade

Carolina Requena, Samuel Ralize de Godoy e Betina Sarue

Analisar a trajetória recente das condições urbanas na metrópole paulistana permite-nos não somente obter o retrato mais atualizado da qualidade habitacional da região em termos estruturais, mas, principalmente, chamar a atenção para a distribuição desigual dessas condições entre seus habitantes e para a relação dessa distribuição com os padrões de segregação historicamente presentes na RMSP. Neste capítulo, veremos que a comparação entre 2010 e 2000 revela melhoras em características importantes das moradias (a expansão da ligação de domicílios à rede de esgotos, por exemplo) e dos moradores (aumento da taxa de alfabetizados) quando se observa a unidade metropolitana. No entanto, esses incrementos não foram capazes de fazer as provisões precárias de algumas regiões alcançarem a universalização experimentada em outras partes da metrópole desde a década de 1990. Ou seja, as desigualdades historicamente presentes na região, embora tenham sido reduzidas, ainda seguem presentes.

Porém, veremos que são equivocadas as sobreposições “universalização de serviços e melhores condições socioeconômicas”, assim como “serviços não universalizados e piores condições socioeconômicas”.

- RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.) *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011.
- RODRIGUEZ, J.; BUSSO, G. *Migración interna y desarrollo en América Latina entre 1980 y 2005: un estudio comparativo con perspectiva regional basado en siete países*. Santiago do Chile: Cepal, 2009.
- SANTOS, M. A *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- SOUZA, M. L. Alguns aspectos da dinâmica recente da urbanização brasileira. In: FERNANDES, E.; VALENÇA, M. M. (Orgs.) *Brasil urbano*. Maijao Editora, 2004.
- TORRES, H. Fronteira paulistana. In: MARQUES, E.; TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- TORRES, H.; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.4, 2001.

Capítulo 5: Trajetórias demográficas diversas e heterogeneidade

- BAENINGER, R. Crescimento da população na região metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (orgs.) *São Paulo: novos percursos e atores: sociedade, cultura e política*. São Paulo: Ed. 34/CEM, 2012.
- BÓGUS, L.; TASCHNER, S. São Paulo, o caleidoscópio urbano. *São Paulo em Perspectiva*, v.15, n.1, p.31-44, 2001.
- CUNHA, J. M. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. *São Paulo em Perspectiva*, v.17, n.3-4, p.18-33, 2003.
- HAMNETT, C. The Blind Men and The Elephant: The Explanation of Gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.16, n.2, p.173-89, 1991.
- JANNUZZI, P. Cenários futuros e projeções para pequenas áreas: método e resultados para os distritos paulistanos 2000-2010. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.24, p.109-37, 2007.
- _____.; JANNUZZI, N. Crescimento urbano, saldos migratórios e atratividade residencial dos distritos da cidade de São Paulo: 1980-2000. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.4, n.1/2, 2002, p.107-27.
- MARQUES, E. (Org.) *Assentamentos precários no Brasil urbano*. Brasília: Ministério das Cidades/CEM, 2008.

- MARQUES, E.; TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.
- PERILLO, S.; PERDIGÃO, M. Cenários migratórios recentes em São Paulo. Artigo apresentado no XI Encontro da Abep, 1998.
- PMSP. *Informes Urbanos*, n.2, out. 2011.
- PMSP *Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, 10 Anos*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2012a.
- PMSP. *São Paulo 2040: a cidade que queremos*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2012b.
- SARAIVA, C.; MARQUES, E. As condições de vida nas favelas paulistanas. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.
- TASCHNER, S.; BÓGUS, L. Continuidades e descontinuidades na cidade dos anéis. In: PATARRA, N. (Org.) *Migração, condições de vida e dinâmica urbana 1980-93*. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1998.
- TORRES, H. Fronteira urbana. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

Capítulo 6 – Os espaços sociais da metrópole nos 2000

- ANDERSEN, H. The Solidity of Urban Socio-spatial Structures in Copenhagen. In: MALOUTAS, T.; FUJITA, K. (Orgs.). *Residential Segregation in Comparative Perspective*. London: Ashgate, 2012.
- ANSELIN, L. Local Indicator of Spatial Association – LISA. *Geographical Analysis*, n.27, p.91-115, 1995.
- BAENINGER, R. Crescimento da população na região metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (orgs.) *São Paulo: novos percursos e atores: sociedade, cultura e política*. São Paulo: Ed. 34/CEM, 2012.
- BARBOSA, R.; MARSCHNER, M. *Uma proposta de padronização de classificações em pesquisas do IBGE (Censos 1960-2010) e PNADs (1981-2011): educação, setores de atividade econômica e ocupação (ISCO-88, EGP11 e ISEI)*. Working paper. São Paulo: CEM, Mimeo, 2013.
- BAUM, S. 1999. Social Transformations In The Global City: Singapore. *Urban Studies*, v.36, n.7, p.1095-1117, 1999.
- BONDUKI, N. Depoimento. In: *Espaço e Debates*, n.42, 1991.

- BUTLER, T. *Gentrification and the Middle-classes*. London: Ashgate, 1997.
- CALDEIRA, T. *Cidade dos muros*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CAMARGO, C. (Org.) *São Paulo, 1975 – Crescimento e pobreza*. São Paulo: Ed. Loyola, 1976.
- CARVALHO, I.; SOUZA, Â.; PEREIRA, G. Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. *Cadernos CRH*, v.17, n.41, p.281-97, 2004.
- CEM. *Mapa da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo*. São Paulo: CEM/Cebrap; SAS/PMSP, 2004.
- CENTENO, P. (Org.) *Lima, diversidade y fragmentación de una metrópolis emergente*. Quito: Olacchi, 2009.
- DOMINGUEZ, M.; LEAL, J.; GOYTER, E. The Limits of Segregation as an Expression of Socioeconomic Inequality: the Madrid Case. In: MALOUTAS, T.; FUJITA, K. (Orgs.). *Residential Segregation in Comparative Perspective*. London: Ashgate, 2012.
- DUNCAN, O.; DUNCAN, B. A Methodological Analysis of Segregation Indexes. *American Sociological Review*, v.20, n.2, p.210-17, 1955.
- DUREAU, F.; Vanegas, A. Las Diferentes Expresiones del Proceso o de Segregación en Bogotá. In: JARAMILLO, S. (Org.) *Bogotá en el cambio de siglo: promesas y realidades*. Quito: Olacchi, 2009.
- DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.169-92.
- FAINSTEIN, S. Mega-projects in New York, London and Amsterdam. In: *International Journal of Urban and Regional Research*, v.32, n.4, p.768-85, 2008.
- FARIA, V. *A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas*. Novos Estudos Cebrap, n.33, p.103-14, 1992.
- FELTRAN, G. de S. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2012.
- FIGUEIREDO, A.; TORRES, H.; BICHIR, R. A conjuntura social brasileira revisada. *Novos Estudos Cebrap*, n.75, p.173-84, 2006.
- FUJITA, K.; HILL, R. Residential Income Inequality in Tokyo; Why It Does Not Translate in Class-based Inequality. In: MALOUTAS, T.; FUJITA, K. (Orgs.). *Residential Segregation in Comparative Perspective*. London: Ashgate, 2012.
- HAMNETT, C. Social Polarization in Global Cities: Theory and Evidence. *Urban Studies*. v.31 n.3, p.401-24, 1994.
- . Why Sassen Is Wrong: a Response to Burgers. *Urban Studies*, v.33, n.1, p.107-10, 1996a.

- HAMNETT, C. Social Polarization, Economic Restructuring and Welfare State Regimes. *Urban Studies*, v.33, n.8, p.1407-30, 1996b.
- KNOX, P.; TAYLOR, P. *World Cities In a World-system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- KOVACS, Z. Residential Segregation in Budapest Before and After Transition. In: MALOUTAS, T. e FUJITA, K. (Orgs.). *Residential Segregation in Comparative Perspective*. London: Ashgate, 2012.
- KOWARICK, L. *Espolição urbana*. Petrópolis: Paz e Terra, 1979.
- LEBORGNE, D.; LIPIETZ, A. Flexibilização defensiva ou flexibilização ofensiva. In: VALLADARES, L.; PRÉTECEILLE, E. (Orgs.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. Rio de Janeiro: Nobel/Iuperj, 1990.
- MALOUTAS, T. Segregation, Social Polarization and Immigration in Athens Turing the 1990's: Theoretical Expectations and Contextual Difference. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.31, n.4, p.733-58, 2007.
- . Introduction: residential segregation in context. In: MALOUTAS, T.; FUJITA, K. (Orgs.). *Residential Segregation in Comparative Perspective*. London: Ashgate, 2012.
- MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. In: *Estudos Avançados*, v.17, n.48, p.151-57, 2003.
- MARQUES, E.; BICHIR, R. Public Policies, Political Cleavages and Urban Space: State Infra-structure Policies in São Paulo, Brazil – 1975-2000. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.27, n.4, p.811-27, 2003.
- MARQUES, E.; TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.
- MARQUES, E.; BICHIR, R.; SCALON, C. Residential Segregation and Social Structure in São Paulo: Continuity and Change Since the 1990s. In: MALOUTAS, T.; FUJITA, K. (org.). *Residential Segregation in Comparative Perspective*. Londres: Ashgate, 2012.
- MUSTERD, S.; MURIE, A. (org.) *The Spatial Dimensions of Urban Social Exclusion and Integration*. Amsterdam, 2002. Disponível em: www.frw.uva.nl/ame/urbex.
- PARK, R.; BURGESS, E.; MACKENZIE, R. *The city*. Chicago: Chicago university press, 1925.
- PÍRES, P. *Buenos Aires, la formación del presente*. Quito: Olacchi, 2009.
- PRÉTECEILLE, E. Division sociale de l'espace et globalization. *Société Contemporaines*, n.22/23, p.33-67, 1995.
- . La ségrégation sociale a-t-elle augmenté? La métropole parisienne entre polarization et mixité. *Société Contemporaines*, n.62, p.37-46, 2006.

- PRÉTECEILLE, E.; CARDOSO, A. Rio de Janeiro y São Paulo: ¿ciudades duales? Comparación con París. *Ciudad y Territorio*, v.XL, n.158, p.617-40, 2008.
- RIBEIRO, L.; PRÉTECEILLE, E. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.40, p.143-62, 1999.
- SABATINI, F. Medición de la segregación residencial: reflexiones metodológicas desde la ciudad latino-americana. In: CÁCERES, G.; SABATINI, F. (Orgs.) *Barrios cerrados en Santiago de Chile: entre la exclusión y la integración residencial*. Santiago: PUC/Lincoln Institute, 2004.
- _____.; WORMALD, G.; SIERRALTA, C.; PETERS, P. La segregación residencial en Santiago: tendencias 1992-2002 y efectos vinculado con su escala geográfica. In: SABATINI, F.; SALCEDO, R.; WORMALD, G.; CÁCERES, G. *Tendencias de la segregación en las principales ciudades chilenas*. Santiago: INE, 2008.
- SANTOS, C.; BRONSTEIN, O. Meta-urbanização – O caso do Rio de Janeiro. In: *Revista de Administração Municipal*, v.25, n.149, 1978.
- SARAIVA, C.; MARQUES, E. As condições de vida nas favelas paulistanas. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.
- SASSEN, S. *The Global City: New York, London and Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- TASCHNER, S.; BÓGUS, L. A cidade dos anéis: São Paulo. In: QUEIROZ, L. C. (Org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.
- _____. Continuidades e discontinuidades na cidade dos anéis. In: PATARRA, N. (Org.) *Migração, condições de vida e dinâmica urbana 1980-93*. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1998.
- TORRES, H. Fronteira urbana. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.
- VAATTOVAARA, M.; KORTTEINEN, M. Beyond Polarization Versus Professionalization? A Case Study of the Development of the Helsinki Region, Finland. *Urban Studies*, v.40, n.11, p.2127-45, 2003.
- VALLADARES, L.; PRÉTECEILLE, E. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: QUEIROZ, L. (Org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Observatório/Ed. Revan, 2000.
- VETTER, D.; MASSENA, R.; RODRIGUES, E. Espaço, valor da terra e equidade dos investimentos em infraestrutura no Município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v.41, n.1/2, 1979.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Ed. Nobel, 2000.

- WESSEL, T. Social Polarization and Socioeconomic Segregation in a Welfare State: The Case of Oslo. *Urban Studies*, v.37, n.11, p.1947-67, 2000.
- YIP, N. Residential segregation in an Unequal City: why are there urban ghettos in Hong Kong? In: FUJITA, M. K. (Org.) *Residential Segregation in Comparative Perspective*. London: Ashgate, 2012.

Capítulo 7 – Condições urbanas: desigualdades e heterogeneidade

- ABREU, M. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplan Rio/Zahar, 1987.
- ARRETCHE, M. Políticas de desenvolvimento urbano na crise: descentralização ou crise no modelo do BNH? In: REIS, E.; ALMEIDA, M.; FRY, P. *Pluralismo, espaço social e pesquisa*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1995.
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. *Habitação e poder: da fundação da casa popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BALTRUSIS, N.; D'OTTAVIANO, M. C. Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana. *Caderno CRH*, Salvador, v.22, n.55, p.135-49, jan./abr. 2009.
- BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. *Cadernos Metrópole: desigualdade e governança*. Número especial: Como anda São Paulo. São Paulo: PUC-SP EDUC, 2004.
- BONDUKI, N. *As origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.
- CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CARONE, E.; DÉR, R. Light versus Guinle. In: *Memória da Eletropaulo*, v.II, n.3, 1989.
- CARDOSO, A. (Org.) *Habitação social nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Ippur/Habitare, 2007.
- CIELICI, E. *Do Plano Real ao Programa Minha Casa, Minha Vida: negócios, votos e as reformas da habitação*. São Paulo, 2012. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – DCP, Universidade de São Paulo.
- CEM / MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional*. Brasília: CEM/MCidades, 2012. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/static/uploads/>